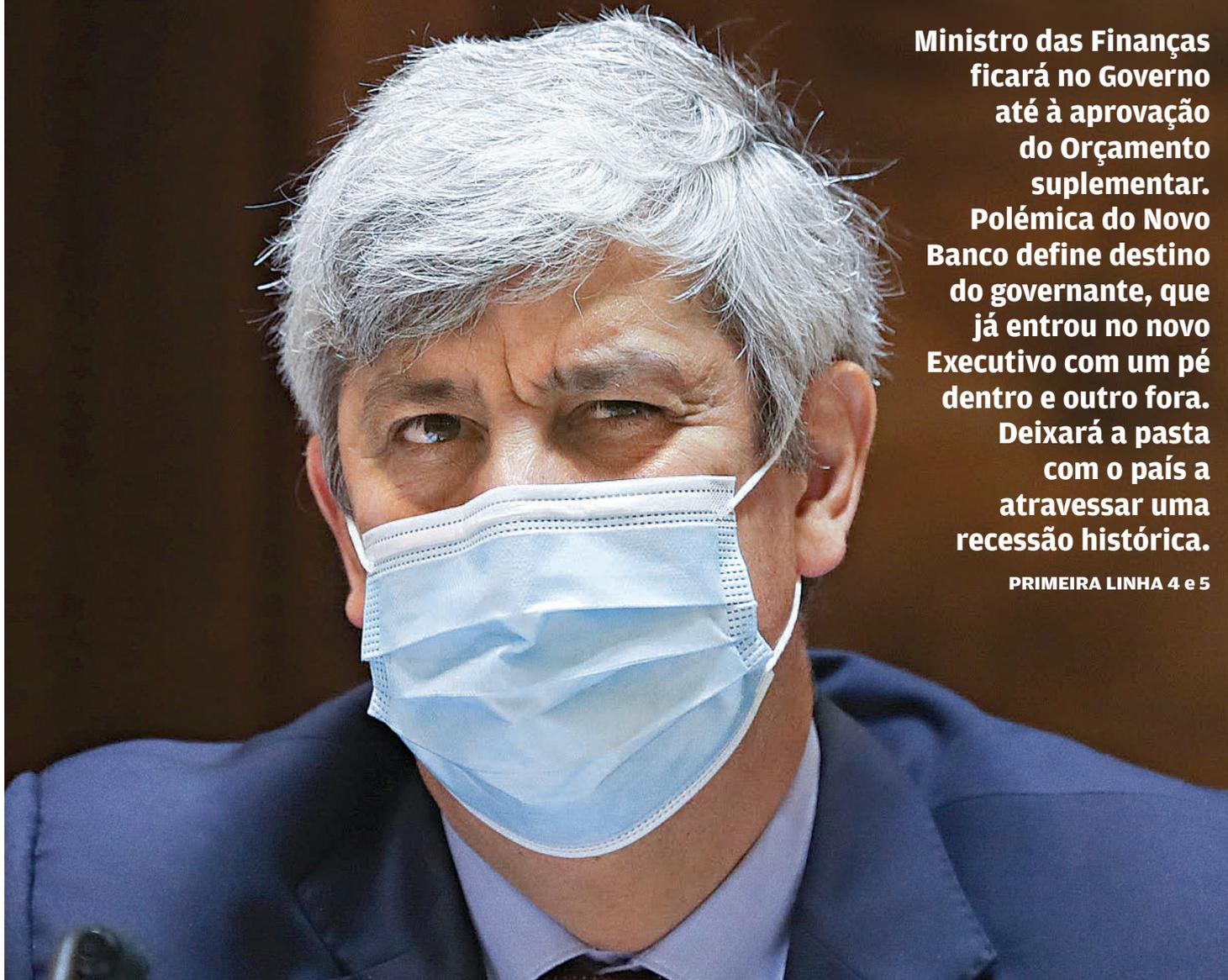


CENTENO FICA A PRAZO



Tiago Petinga/Lusa

Ministro das Finanças ficará no Governo até à aprovação do Orçamento suplementar.

Polémica do Novo Banco define destino do governante, que já entrou no novo Executivo com um pé dentro e outro fora.

Deixará a pasta com o país a atravessar uma recessão histórica.

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

Pode o Governo legislar com perguntas e respostas?

ECONOMIA 16 e 17

Turismo reabre entre países com situação semelhante

PRIMEIRA LINHA 14

Portugal pronto a passar à fase seguinte do desconfinamento

PRIMEIRA LINHA 8 a 10

BASF
We create chemistry

Banca

CGD admite estender moratórias no crédito por um ano



Lucros do banco liderado por Paulo Macedo caem 30% com provisões para efeitos da pandemia.

EMPRESAS 22 e 23

Aviação

TAP transforma voos de passageiros em carga

PRIMEIRA LINHA 12 e 13

Lex

Tribunal Constitucional alemão abre crise na UE

Resposta indireta do BCE será saída sem danos maiores.

SUPLEMENTO 18 a 21

HOME PAGE

OPINIÃO

JIM
O'NEILL

“Os países que parecem estar a gerir melhor a covid-19 conseguiram fazê-lo com a ajuda das tecnologias.”

PÁGINA 31

CAMILO
LOURENÇO

“Marcelo quer uma reeleição histórica e já mostrou que é capaz de tudo para lá chegar.”

PÁGINA 29

PEDRO SANTANA
LOPES

“É tempo de ajudar a que as decisões dos responsáveis do Estado sejam tão úteis e tão válidas quanto possível.”

PÁGINA 29

PAULO
CARMONA

“Temos de ter medo. Não do vírus que conseguimos prevenir, mas do que possa vir aí.”

PÁGINA 30

Moody's prevê queda de 20% nas vendas de carros

A Moody's estima que serão vendidos menos 18,3 milhões de automóveis no mundo. A Volkswagen está a sofrer quebras nas encomendas e vai suspender a produção na sua principal fábrica durante alguns dias em maio.

PEDRO CURVELO

pedrocurvelo@negocios.pt

A pandemia de covid-19 vai provocar uma quebra de 20,2% nas vendas mundiais de automóveis este ano, estima a Moody's num relatório publicado esta quarta-feira. Anteriormente, a agência de notação antecipava um decréscimo de 14%.

As novas previsões apontam para 72 milhões de veículos vendidos este ano, menos 18,27 milhões do que em 2019 e o valor mais baixo desde 2009. E as quebras são mais acentuadas na Europa Ocidental, onde, diz a Moody's, as vendas cairão 30%, o equivalente a 4,9 milhões de automóveis.

Entre os principais mercados, a descida nas vendas deverá situar-se em 25% nos EUA, com menos 4,3 milhões de unidades, enquanto na China a queda deverá ser de 10%, o que corresponde a menos 2,57 milhões de veículos. No Japão as previsões apontam para menos 770 mil carros vendidos (-15%).

Recuperação parcial em 2021

A Moody's estima que no próximo ano as vendas mundiais de automóveis cresçam 11,5%, colocando o total em 80,3 milhões de unidades, ao nível de 2011.



Fabian Bimmer/Reuters

As vendas de automóveis em todo o mundo deverão cair este ano para mínimos desde 2009.

Na Europa Ocidental, a previsão é de uma subida de 17,5% em 2021, ao passo que nos EUA o crescimento deverá situar-se em 16,2%. Já no Japão a recuperação será de

As vendas mundiais deverão encolher em mais de 18 milhões de carros este ano.

7% e na China de apenas 2,5%.

Volkswagen pára produção por falta de encomendas

Num sinal de que a recuperação do setor na Europa será difícil, a Volkswagen vai suspender na sua fábrica de Wolfsburg a produção de duas linhas de montagem e reduzir o horário noutra durante quatro dias em maio.

Segundo uma comunicação interna a que a AFP teve acesso, a fabricante alemã irá suspender as linhas de produção nos dias 15, 20, 25 e 29 de maio afetando princi-

palmente os modelos Golf e Tiguan.

A justificação para a paragem pouco tempo após a reabertura da fábrica, no final de abril, prende-se com a “necessidade de ajustar a produção à procura”, segundo Arne Meiswinkel, gestor de pessoal, na comunicação interna.

À AFP, Bernd Osterloh, representante dos trabalhadores e um dos membros do conselho de administração, disse que “os clientes não estão interessados em comprar carros” e que o nível de encomendas é “desolador”. ■

DIA

AÇÃO

BCP baixa os 9 cêntimos pela primeira vez com nota negativa



A entidade liderada por Miguel Maya apresenta resultados no dia 19 de maio.

As ações do Banco Comercial Português fecharam a cair 4%, depois de terem chegado a tombar 4,11% para os 8,887 cêntimos por ação, a meio da sessão, o que representa um mínimo histórico. A pressionar a cotação esteve uma nota do Caixa-Bank/BPI, que antecipa uma queda de 85% do lucro no primeiro trimestre. Tendo em conta estas perspetivas, o banco cortou o "target" de 25 para 11 cêntimos por ação ■



-4%

Varição este ano: **-56,21%**
Valor em bolsa: **1.342,1 milhões de euros**

EDITORIAL



CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

Nas asas do desejo

A ajuda do Estado à TAP é um dos assuntos quentes do momento, sobretudo a partir do momento em que o Estado pôs em cima da mesa a possibilidade de nacionalizar a companhia. Esta posição de força é o ponto de partida para se chegar a um meio-termo, o de que o apoio financeiro do Estado deverá ter como contrapartida, pelo menos, um lugar na comissão executiva da empresa.

Há quem critique esta opção dando como termo de comparação o Novo Banco, no qual o Estado injetou dinheiro e não tem voz ativa. Este argumento padece de dois problemas. O primeiro é porque omite a forma como foi feita a resolução que conduziu ao fim do Banco Espírito Santo. O segundo é o de tentar fazer do caso do Novo Banco um exemplo quando todos o criticam precisamente por não o ser, na medida em que transformou o Estado num agente passivo do processo.

Segundo o Governo, a TAP vai necessitar, até final do ano, de uma injeção de capital estimada entre os 600 e os 700 milhões de euros. Trata-se de uma verba avultada e no futuro, caso o Governo emprestasse dinheiro sem garantias, iria ser julgado politicamente por este facto.

É claro que o finca-pé do Governo para ter voz na comissão executiva da TAP está relacionado com a deterioração das relações com David Neeleman, um dos acionistas da Atlantic Gateway. O empresário fez um bom trabalho de relançamento da TAP, sobretudo através da renovação da frota e da abertura de novos destinos nos Estados Unidos, mas não é um investidor de longo prazo. Neeleman caracteriza-se por apostar numa rápida criação de valor e depois sair com a obtenção de mais-valias, uma estratégia perfeitamente legítima. Pelo caminho entrou em choque com o Governo e estava a preparar-se para vender a sua participação, uma operação que a covid-19 travou.

Neste quadro, percebe-se a exigência do Governo. Aliás, os acionistas privados até deveriam olhar com satisfação para esta pretensão, na medida em que a mesma se poderá constituir como um escudo para as críticas que certamente surgirão sobre o processo de recuperação da companhia.

Compreende-se o desejo dos privados em manterem o status quo, só que as suas asas são demasiado curtas para fazerem o voo da retoma sozinhos. O Governo admite apoiar se voar na executiva ao lado dos acionistas da Atlantic Gateway. Será pedir muito? ■

FRASE

“ Não me lembro de uma Casa Branca que tenha sido tão desumana, cruel, implacável e incapaz. ”



HASSAN ROHANI
Presidente do Irão

FOTO



Costa compra carros para dar sinal de confiança

A Autoeuropa foi visitada pelo Presidente da República e o primeiro-ministro. António Costa aproveitou a ocasião para lançar a recandidatura presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa e anunciar que o Governo vai adquirir um carro em cada uma das quatro unidades que produzem de raiz veículos em Portugal, dando um sinal de confiança nesta indústria.

Fotografia: José Sena Goulão/Lusa

NÚMERO

10,3

O setor das comunicações registou cerca de **10,3 mil reclamações durante o estado de emergência.**

PRIMEIRA LINHA NOVO BANCO ABALA GOVERNO

Mário Centeno fica a prazo no Governo

A cooperação institucional entre o primeiro-ministro e o Presidente assumiu ontem contornos de aliança política. Centeno quis dividir responsabilidades do Novo Banco com Costa, mas acabou isolado.

DAVID SANTIAGO

dsantiago@negocios.pt

CELSO FILIPE

cfilipe@negocios.pt

A ferida aberta no Governo a propósito da transferência de 850 milhões de euros para o Novo Banco (NB) transformou-se esta quarta-feira subitamente numa crise política dentro da crise que o país já vive a propósito da pandemia.

No final de um dia fervilhante do ponto de vista político, Mário Centeno reuniu-se com António Costa em São Bento. À hora de fecho, ainda não havia informações oficiais sobre esta reunião, mas o Negócios sabe que a demissão do ministro das Finanças, reclamada pelo líder da oposição, ficou posta de parte. Mário Centeno ficará pelo menos até à apresentação do orçamento rectificativo, que deverá acontecer em junho, o que permitiria ao também presidente do eurogrupo concluir as negociações europeias sobre o plano de recuperação.

De imprescindível a incómodo

Em setembro, antes das legislativas, António Costa avisava, acerca da continuidade de Mário Centeno num futuro Executivo socialista, “o passe [do Ronaldo das Finanças] não está à venda”. No entanto o autogolo do minis-

tro das Finanças na omissão da transferência do Estado para o Novo Banco abriu uma janela de transferência inesperada. O Presidente da República não gostou da última jogada do ministro e nas suas declarações de ontem fez lembrar o puxão de orelhas dado no início de 2017 no caso Caixa. No auge da polémica em torno da nomeação da administração liderada por António Domingues, Marcelo declarou que aceitava a manutenção do ministro no Governo “atendendo ao estrito interesse nacional, em termos de estabilidade financeira”.

Centeno diz que todo o governo sabia

Na manhã desta quarta-feira, e sob ataque cerrado da oposição, Centeno disse, no Parlamento, que a transferência para o NB “não foi feita à revelia de ninguém”. “Não há nenhuma decisão do Governo que não passe pelo Conselho de Ministros”, estendeu o ónus da decisão ao conjunto do Governo.

Mais, Mário Centeno recordou que o empréstimo em causa “estava contemplado no Orçamento [do Estado] de 2020” e que a injeção no NB via Fundo de Resolução não carece da luz verde de qualquer auditoria. E disse mesmo que “seria uma irresponsabilidade gigantesca” não proceder à operação.

Há uma semana, após ter garantido ao Bloco de Esquerda que não haveria mais dinheiro para o NB antes de estar concluída a auditoria em curso ao ban-

co, Costa viu-se obrigado a pedir desculpas públicas a Catarina Martins após o Expresso ter noticiado que os 850 milhões tinham sido transferidos na véspera.

Mas, em entrevista à TSF, na terça-feira, o também líder do Eurogrupo avançava uma explicação menos penalizadora para Costa e parcialmente contraditória face às declarações que o ministro fez na Comissão parlamentar, garantindo ter existido uma “falha de comunicação” com o chefe do Executivo: “[Costa] não tinha a informação de que a transferência se tinha efetuado no dia anterior.”

Marcelo não ficou satisfeito com a última explicação do governante e, no final de uma visita à Autoeuropa, ladeado de António Costa, pôs-se ao lado do primeiro-ministro também em termos figurados. Apesar de começar por frisar que “o Estado português cumpre o que tem de cumprir”, pelo que “tinha de cumprir o compromisso” assumido na venda do NB à Lone Star, o Presidente defendeu que devia ter-se esperado pelo resultado da auditoria que o próprio pedira há um ano. “Havendo, e bem, uma auditoria cobrindo o período até 2018, faz todo o sentido o que disse o senhor primeiro-ministro no Parlamento. É politicamente diferente o Estado assumir responsabilidades dias antes de se conhecer as conclusões de uma auditoria ou a auditoria ser concluída dias antes de o Estado assumir responsabili-



Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa estiveram ontem na fábrica da Autoeuropa.

dades”, sustentou Marcelo.

Questionado sobre o mesmo tema pelos jornalistas, António Costa disse nada ter acrescentado às declarações de Marcelo. À hora de fecho desta edição, Costa estava reunido com Mário Centeno em São Bento.

Durante a tarde, insatisfeito com as justificações apresentadas por Mário Centeno, Rui Rio pediu mesmo a demissão do ministro das Finanças. “Se eu fosse primeiro-ministro, demitia-o”, afirmou. O PS retorquiu, acusando Rio de promover uma “teoria da conspiração”. ■



Não há nenhuma decisão do governo que não passe pelo Conselho de Ministros.

MÁRIO CENTENO
Ministro das Finanças

José Sena Goulão/Lusa

Ministro diz que país não pode esgotar já todo o fôlego orçamental

Os deputados criticaram a escassez de apoios e a dificuldade com que estão a chegar ao terreno, pedindo ao Governo que faça mais pelas empresas. Não temos um helicóptero a distribuir dinheiro, respondeu Centeno.

Era bom ter mais dinheiro e melhores mecanismos para o distribuir, mas o país não pode dar mais. Esta foi a mensagem que o ministro das Finanças deixou aos deputados, durante o debate desta quarta-feira na Assembleia da República, quando confrontado com a insuficiência na resposta à crise provocada pela pandemia de covid-19. Se for mais longe, corre o risco de lhe faltar o fôlego até à meta.

“As condições financeiras de um país no início destas crises são absolutamente determinantes da capacidade que têm para lhes responder”, sublinhou Mário Centeno, em resposta à crítica da oposição, que queria saber porque é que a Alemanha está a dar muito mais apoios às suas empresas e famílias, do que Portugal. “O paradoxo em relação à Alemanha reflete o facto de ter uma dívida de menos de metade da nossa e um orçamento equilibrado há muito mais tempo”, justificou.

Durante o debate, Mário Centeno sublinhou os limites à capacidade de resposta de Portugal. Explicou que a União Europeia compreende a desigualdade entre os Estados-membros na reação à crise, e que está a tentar colmatá-la. Mas entretanto, o Estado não pode arriscar esgotar o seu fôlego logo no arranque da crise, porque esta ainda vai demorar a passar, defendeu o ministro.

“Acompanharemos as necessidades das empresas ao longo desta crise. Não é uma corrida de 100 metros, estamos a falar pelo menos de uma corrida de meio fundo e não podemos pôr em causa a capacidade de o Estado acompanhar as necessidades da crise”, argumentou Centeno. “Todas as crises anteriores que nos punham os nervos em franja sobre como reagir parecem soluções de ciclo econó-



Tiago Petinga/Lusa

O ministro das Finanças esteve ontem no Parlamento a responder às questões dos deputados.

mico, face à que estamos a viver”, avaliou.

Num debate em que também couberam temas para além da crise provocada pela pandemia de covid-19 – como a recapitalização do Novo Banco ou os reembolsos do IRS – a oposição foi sublinhando como os apoios decididos são insuficientes face às necessidades. Alberto Fonseca, do PSD, lembrou mesmo que a Comissão Europeia permite ir até aos 13 mil milhões de euros, mas que Portugal só disponibilizou 6,5 mil milhões.

Os partidos também criticaram como as medidas tardam em chegar ao terreno, com Duarte Alves, do PCP, a sublinhar a burocracia que as pequenas empresas enfrentam para submeter os pedidos.

No caso específico do acesso das empresas a linhas de crédito, Centeno reconheceu que o mecanismo de análise definido para o processamento dos pedidos é “pobre”, mas que foi o único encontrado. O financiamento é intermediado pelos bancos e os pedidos são tratados por ordem de chegada, “para tornar o processo mais expedito”, justificou o ministro. “Não acho que a solução seja grande coisa, mas a solução foi essa”, reconheceu Centeno, assumindo que vê pouca racionalidade económica no modelo de tratamento dos pedidos.

Não podemos dispensar o controlo

Seja como for, defendeu Centeno, tem de haver controlo na atribuição do dinheiro público. “Não temos nenhum helicópte-

ro a sobrevoar o país, a largar dinheiro pelo país fora. As medidas têm de ser proporcionais, cuidadosamente desenhadas e têm de responder a desafios concretos”, defendeu o ministro.

Centeno admitiu que o número dos contratos de financiamento às empresas é inferior ao “esperado”, mas argumentou que é preciso controlo na atribuição dos apoios. “Não podemos eliminar todos os mecanismos de controlo das políticas públicas, senão vamos passar muitos anos a pedir auditorias”, defendeu. “O mecanismo que foi encontrado foi pobre, mas foi o único encontrado para responder a dezenas de milhares de pedidos a entrar no sistema”, repetiu, frisando a importância de confirmar montantes máximos, o cumprimento das obrigações fiscais e com a banca.

Ainda assim, Cecília Meireles, deputada do CDS-PP, reconheceu o “risco de fraude”, mas contrapôs com o “risco de falência das empresas” e acusou o governante de “desconfiar” do setor privado. ■ MARGARIDA PEIXOTO

“

Havendo, e bem, uma auditoria, faz todo o sentido o que disse o senhor primeiro-ministro no Parlamento.

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

“

Não podemos pôr em causa a capacidade de o Estado acompanhar as necessidades da crise.

MÁRIO CENTENO
Ministro das Finanças

PRIMEIRA LINHA **NOVO BANCO ABALA GOVERNO**

Afinal, que auditorias é que o Novo Banco tem de fazer?



22 DE ABRIL

A auditoria, que nós determinámos, está em curso e será concluída em julho. É fundamental para fazermos as decisões que temos a fazer nos termos daquilo que está contratado.

ANTÓNIO COSTA

7 DE MAIO

Até haver resultados da auditoria [em curso ao Novo Banco] não haverá qualquer reforço do empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução.

ANTÓNIO COSTA



7 DE MAIO

O primeiro-ministro já apresentou desculpas ao BE por ter dado uma resposta no desconhecimento que o Ministério das Finanças já tinha ontem feito o pagamento contratualmente previsto.

GABINETE DE ANTÓNIO COSTA

8 DE MAIO

Não tinha sido informado de que, na véspera, o Ministério das Finanças tinha procedido a esse pagamento.

ANTÓNIO COSTA



8 DE MAIO

Existe um contrato que determina que, depois de [contas] serem auditadas pelos auditores do NB, verificadas pela agência de verificação, validadas pela comissão de acompanhamento e aprovadas pelo FR, exista injeções de capital.

RICARDO MOURINHO FÉLIX

RITA ATALAIÁ

ritaatalaia@negocios.pt

António Costa e Mário Centeno colocaram novamente o Novo Banco na ribalta. Tudo por causa de uma “falha de comunicação” entre os dois responsáveis, como disse o ministro das Finanças, em relação à injeção de capital que foi feita no banco liderado por António Ramalho na semana passada, numa altura em que ainda está a ser analisado o reforço feito no ano passado. Afinal, a quantas auditorias é que o banco, que resultou da resolução do Banco Espírito Santo (BES), tem de ser sujeito?

Foi em fevereiro do ano passado que entrou em vigor uma lei de transparência bancária que determina que sempre que haja injeções de dinheiros públicos, de forma direta ou indireta, nas instituições financeiras, estes reforços têm de ser auditados.

É perante esta lei que o Novo Banco está a ser alvo de duas au-

ditorias: a primeira pedida no ano passado depois de o banco ter anunciado que precisava de um reforço de 1.149 milhões de euros, com base nas contas de 2018. Já a segunda auditoria refere-se à mais recente injeção de capital, de perto de mil milhões e que é referente aos resultados de 2019 – ano em que o banco liderado por António Ramalho registou prejuízos de 1.058,8 milhões de euros. Uma transferência que já foi feita e que está a criar celeuma.

O primeiro-ministro garantiu a Catarina Martins, líder do Bloco de Esquerda, na semana passa-

da, que “até haver resultados da [primeira] auditoria não haverá qualquer reforço do empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução para esse fim”, referindo-se à análise que está a ser realizada pela Deloitte aos atos de gestão do banco entre 2000 e 2018. Uma posição que Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, já veio defender, esta quarta-feira, dizendo que “para os portugueses não é indiferente cumprir compromissos com o conhecimento exato do que se passou, ou cumprir compromissos e mais tarde vir a saber como se passou”.

Mas a transferência do Estado para o Fundo de Resolução, do empréstimo de 850 milhões, que faz parte do novo reforço, tinha sido feita um dia antes das declarações de António Costa no Parlamento, mais precisamente a 6 de maio (o último dia do prazo previsto no contrato), naquilo que Mário Centeno disse ter sido uma “falha de comunicação”, mas não uma “falha financeira”.

Esta quarta-feira, o ministro das Finanças deixou uma outra garantia: esta transferência não foi feita “à revelia” de António Costa. De acordo com o responsável, “da

lei 15/2019 e da auditoria especial não decorre qualquer condicionabilidade sobre as transferências ao abrigo do Mecanismo de Capital Contingente (CCA)”. Explicou ainda que, “na sequência do empréstimo realizado na semana passada, será feita uma nova auditoria, que atualizará os dados da que está em curso”. Este processo de análise ao mais recente pedido de capital do Novo Banco, de perto de mil milhões e referente às contas de 2019, já foi iniciado. Mas há vários passos que têm de ser dados.

As auditorias dentro da auditoria

A auditoria especial a realizar após uma injeção de fundos públicos num banco tem várias etapas. E a sua conclusão passa por várias entidades, de maneira que os procedimentos sejam validados.

Tal como determina a lei 15/2019, tem de ser o Governo a pedir a auditoria à injeção de dinheiros públicos, mas é o Banco de Portugal que define que entidade é que irá realizar esta análise. “No prazo de 30 dias após a data da tomada da medida ou decisão que determine a aplicação ou disponibilização direta ou indireta de

2019

LEGISLAÇÃO

A lei que define que têm de ser realizadas auditorias às injeções de dinheiros públicos está em vigor desde 2019.

2

AUDITORIAS

O Novo Banco tem em curso duas auditorias às injeções de capital referentes às contas de 2018 e 2019.

1.037

NOVO REFORÇO

O banco pediu, com base nas contas de 2019, uma nova injeção de capital no montante de 1.037 milhões de euros.

O Governo já arrancou com uma nova auditoria à injeção de capital no Novo Banco, numa altura em que ainda decorre uma outra análise. Um tema que tem gerado tensão entre António Costa e Mário Centeno, e sobre o qual Marcelo tomou posição.

12 DE MAIO

Terá havido uma falha de comunicação entre o Ministério das Finanças e o primeiro-ministro no debate quinzenal, [mas] não houve nenhuma falha financeira nem nenhum incumprimento.

MÁRIO CENTENO



13 DE MAIO

O senhor primeiro-ministro esteve muito bem no Parlamento quando disse que fazia sentido que o Estado cumprisse as suas responsabilidades, mas naturalmente se conhecesse previamente a conclusão da auditoria.

MARCELO REBELO DE SOUSA

fundos públicos em instituição de crédito abrangida, o Governo manda realizar uma auditoria especial por entidade independente, por si designada sob proposta do Banco de Portugal”, de acordo com a legislação, que determina ainda que cabe aos bancos pagarem todo o processo.

Na primeira auditoria do Novo Banco, à injeção de capital de 1.149 milhões de euros, este processo foi entregue à Deloitte, a única que, entre as quatro maiores empresas do setor, não tinha limitações relativamente ao BES e ao Novo Banco. A auditora está a analisar os atos de gestão entre 2000 e 2018, num trabalho que vai custar ao banco três milhões de euros, e deveria ter ficado fechada até maio, mas que, segundo o próprio primeiro-ministro, foi adiada a conclusão para julho devido à pandemia.

Questionado pelo Negócios se já decidiu que auditora irá realizar a segunda análise, e se a Deloitte poderá fazer este trabalho ou se há algum constrangimento que o impeça, não foi possível obter um esclarecimento por parte do supervisor liderado por Carlos Costa.

Mas há ainda um outro nível de escrutínio. Antes de cada injeção

de capital no banco liderado por Ramalho, logo que as contas do Novo Banco são apresentadas, os auditores do próprio banco – a EY – analisam os valores, passando depois pela comissão de acompanhamento, entidade criada para avaliar a gestão dos ativos cobertos pelo mecanismo de capital contingente e que conta com José Rodrigues de Jesus e José Bracinha Vieira. Esta comissão dá um parecer sobre a auditoria realizada e apresentá-lo ao Fundo de Resolução.

Entra, ainda, neste processo de avaliação o agente verificador, neste caso a Oliver Wyman, uma entidade cujos custos com o trabalho são suportados também pelo Novo Banco. Caberá à consultora norte-americana que presta serviços em torno do setor financeiro, e que foi contratada tanto pelo Ministério das Finanças como pelo Banco de Portugal para trabalhar o dossiê Banif, certificar que os números apresentados pelo Novo Banco estão corretos, naquele que é o último passo neste escrutínio prévio às injeções de capital que visam repor anualmente os rácios de capital. O banco já pediu perto de 3 mil milhões de euros ao Fundo de Resolução. ■

BANCA

BdP dá 3 mil milhões ao Estado em dez anos

Durante os mandatos de Carlos Costa como governador, desde 2010 até hoje, o BdP entregou mais de 3 mil milhões de euros em dividendos ao Estado.

O Banco de Portugal (BdP) entregou, na última década, mais de 3 mil milhões de euros em dividendos ao Estado. Contando com os impostos pagos sobre os rendimentos, são mais de 5 mil milhões que passaram do BdP para os cofres públicos.

Os cálculos são feitos com base nos números disponíveis nos relatórios de atividade e contas do BdP, o mais recente, relativo a 2019, publicado esta quarta-feira. Entre 2010 e 2019, a instituição entregou 3,29 mil milhões de euros em dividendos e pagou 1,74 mil milhões em impostos, num total de 5,04 mil milhões que foram pagos durante os mandatos de Carlos Costa, que se prepara para deixar, no dia 9 de julho, a pasta de governador do BdP.

Os valores mais elevados foram registados em 2018, quando o banco central distribuiu 645 milhões em dividendos e pagou 358 milhões de impostos. Este ano, o Estado recebeu 607 milhões em dividendos, um valor que fica em linha com o que estava previsto no Orçamento do Estado para 2020, e outros 349 milhões em impostos relativos ao exercício de 2019.

A ajudar as contas do BdP nos últimos anos – e, consequentemente, a permitir esta distribuição de dividendos – tem estado a política monetária implementada pelo Banco Central Europeu (BCE) para impulsionar a economia, que inclui o programa de compra de ativos, que, por sua vez, tem tido um reflexo positivo na carteira de títulos detidos pelo BdP.

A margem de juros obtida com a carteira de títulos representa, assim, a principal fatia dos resultados do BdP. Ainda assim, em 2019, o ambiente de



Marilene Alves

Carlos Costa termina este ano o último mandato de governador.

baixas taxas de juro levou a que esta margem se reduzisse em 67 milhões de euros, para um total de 998 milhões de euros. Esta quebra contribuiu para uma redução dos lucros do regulador em perto de 6%, para os 759 milhões de euros.

A impedir uma queda mais acentuada destes resultados esteve a valorização significativa do ouro. “O aumento do preço do ouro em euros de 20,8% levou a um incremento da posição em ouro do BdP em cerca de 2,9 mil milhões de euros. A quantidade de ouro manteve-se em 382,5 toneladas e encontrava-se avaliada em 16,7 mil milhões de euros no final de 2019”, explica o regulador.

Ao mesmo tempo, o BdP obteve um ganho de 81 milhões com a devolução de contribuições que tinha feito ao Fundo de Garantia de Depósitos do Crédito Agrícola Mútuo, entretanto integrado no Fundo de Garantia de Depósitos.

O balanço do BdP acabou, assim, por aumentar em cerca de 2 mil milhões de euros, totalizando 160 mil milhões no final de 2019. ■ RBR

20% da banca sem plano de crise

Em 2019, cerca de 80% das instituições bancárias em Portugal tinham definido um plano de resolução, que estipula as medidas a serem implementadas em situação de crise. Significa isto que, numa altura em que a banca poderá vir a ser um dos setores mais afetados pela crise em resultado da pandemia, com o aumento ainda por calcular do crédito malparado, 20% dos bancos portugueses não têm qualquer plano de ação. A maioria destes são instituições de dimensão reduzida, com quem o Banco de Portugal se reuniu, no ano passado, juntamente com a Associação Portuguesa de Bancos, para reforçar a importância de implementação destes planos. O regulador destaca, ainda assim, que houve um “significativo progresso registado em 2019 nos trabalhos de planeamento de resolução”, tendo sido “atualizados e aperfeiçoados” os planos de resolução para as instituições mais significativas.

PRIMEIRA LINHA COVID-19

Portugal pronto a passar à segunda fase de abertura

Antes de avançar para a próxima fase de reabertura da economia, o Governo e as autoridades de saúde vão reunir-se hoje para avaliar os impactos do alívio das restrições no surto de covid-19 no país. O Negócios olhou para os indicadores definidos por especialistas e Portugal parece estar no bom caminho.

OS INDICADORES QUE VÃO GUIAR O PROCESSO DE DESCONFINAMENTO

1

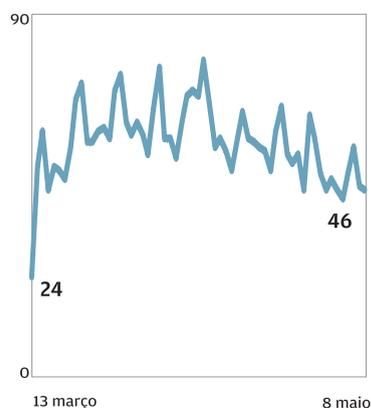
Deslocações sobem mas pouco

Embora fosse expectável que, com a primeira fase de reabertura, os portugueses saíssem mais de casa, um aumento repentino da movimentação é uma preocupação. A PSE, uma empresa de dados, estima que 50% dos portugueses, em média, ficou em casa na primeira semana após o estado de emergência, mas a proporção tem vindo a descer desde a Páscoa. Estas estimativas baseiam-se numa aplicação de telemóvel e as conclusões podem ser diferentes com outras fontes.

METADE EM CASA

Pessoas em isolamento, em %

Na segunda-feira, menos de 50% das pessoas acompanhadas pela PSE ficou isolada em casa.



2

Rt mantém-se estável mas acima de 1

O famoso Rt, ou seja, a taxa de reprodução da doença já era um indicador menos positivo no início do desconfinamento e mantém-se aquém do desejável. Na altura, o Rt estava ligeiramente acima de 1 e o objetivo era que a taxa de contágio ficasse abaixo deste valor, o que não aconteceu. Segundo os dados mais recentes, de domingo, o Rt está nos 1,04. O Negócios tentou ter um número mais atualizado mas não teve resposta.

1,04

TAXA DE CONTÁGIO

O objetivo era que ficasse abaixo de 1, mas a taxa de reprodução do vírus estava, no passado domingo, nos 1,04.

3

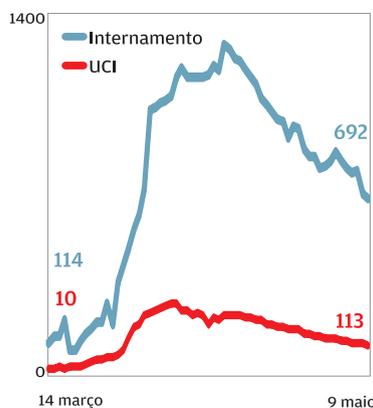
Internamentos longe do limite

Depois de um pico em meados de abril, os números mostram que os internamentos têm vindo a descer, estando agora nos 692, bem longe do “travão” dos 4.000 suportados pelo SNS. Dentro dos doentes hospitalizados, atenção especial para os casos mais graves. O SNS tem uma capacidade de 731 camas em cuidados intensivos, segundo dados do Governo. Mas os pacientes nestas unidades também têm diminuído, estando agora nos 103. Por isso, há margem de resposta.

INTERNAMENTO CAEM

Evolução dos internamentos

O número de internamentos em enfermaria e em unidades de cuidados intensivos tem baixado.



4

Idosos ainda são os mais afetados

Os peritos estão a avaliar também a distribuição dos casos mais graves com idades entre os 40 e os 50 anos. A ideia é perceber se se mantém o padrão de a doença afetar mais as pessoas mais velhas, já que uma mudança pode significar algo de anormal. Os dados da DGS mostram que a grande maioria (86,8%) das vítimas mortais tinha 70 anos ou mais, embora exista um maior número de casos entre os 30 e os 50 anos.

86,8%

IDOSOS

As vítimas mortais da covid-19 são, na sua grande maioria, pessoas com mais de 70 anos de idade.

5

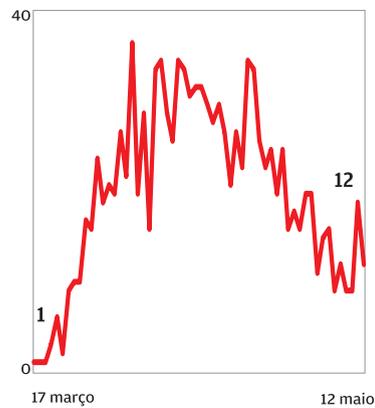
Baixo número de mortes

A evolução do número de mortes foi um dos indicadores apontados pelos epidemiologistas na última reunião no Infarmed, que defendem que o número de mortes esteja a diminuir há cinco dias consecutivos. Isso não está a acontecer, mas desde 4 de maio que há menos de 20 vítimas mortais por dia. A tendência é claramente de queda e desde o início do surto que Portugal não registou mais de 37 mortes por dia.

MORTE BAIXAM

Novas mortes por dia

O número de mortes por dia tem oscilado, mas a tendência nos últimos dias é de queda.



SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt

O Governo vai avaliar hoje, com as autoridades de saúde, o impacto no surto da covid-19 da primeira fase de abertura da economia, com um conjunto de indicadores destacados pelos especialistas a indicarem que Portugal está bem encaminhado para avançar para a próxima etapa.

O primeiro-ministro e o Presidente da República, entre outros, juntam-se na sede do Infar-

med, em Lisboa, para avaliar, juntamente com um conjunto de especialistas da Direção-Geral de Saúde (DGS), os efeitos da primeira fase do alívio das medidas de confinamento e decidir sobre os próximos passos.

No último encontro deste género, a 28 de abril, Marcelo Rebelo de Sousa anunciou que o estado de emergência não seria renovado e o Governo avançou com um calendário de reabertura da economia, que aconteceria em três fases, de 15 em 15 dias, e que ficariam dependentes da evolução da pandemia no país, com base num conjunto de indicadores considerados essenciais.

Entre eles está o número de in-

ternamentos. Considerado o indicador “travão”, os internamentos devem ficar longe das 4.000, valor estimado da capacidade máxima do Serviço Nacional de Saúde, segundo noticiou a imprensa no final de abril.

Os especialistas destacaram também a taxa de reprodução do vírus (R). No entanto, embora fosse importante que a taxa fosse inferior a 1, já nessa altura era ligeiramente superior. Ou seja, cada infetado estava a contaminar, em média, uma pessoa. Por isso, defenderam que este indicador fosse visto em conjunto com outros, como a redução consecutiva, por cinco dias, do número de mortes, e a limitação de novos casos a 500 por dia.

O Negócios falou também, na semana passada, com epidemiologistas para procurar saber que outros indicadores devem ser acompanhados, que acrescentaram o aumento das deslocações de forma muito rápida, a distribuição da doença por idades e a evolução do desconfinamento noutros países europeus semelhantes a Portugal, não só nos planos de reabertura, mas como na dimensão do surto. Já a Organização Mundial de Saúde tem defendido que os países mantenham o mantra “testar, testar, testar” durante este processo.

O Negócios procurou avaliar estes indicadores e a maioria parece estar a evoluir de forma positiva, embora os novos casos que

possam resultar da abertura do pequeno comércio e dos cabeleiros, a 4 de maio, só comecem a ser detetados esta semana. Isto porque, em média, as pessoas infetadas começam a registar os primeiros sintomas entre cinco e sete dias depois do contágio. Esse foi o motivo, aliás, para que a reunião das autoridades ocorra hoje, em vez de segunda-feira, como estava previsto inicialmente.

A confirmar-se esta avaliação pelas autoridades de saúde, o Governo pode decidir avançar com a próxima fase de reabertura, que prevê o regresso às creches e ao ensino presencial para os alunos do 11.º e 12.º anos, nas disciplinas de exame, entre outros. ■

6

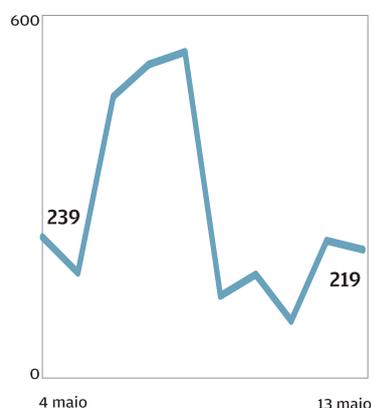
Novos contágios abaixo dos 500

Os especialistas defendem que a média dos novos contágios se mantenha abaixo dos 500 por dia. Desde 4 de maio que a média dos novos contágios está abaixo desse valor, encontrando-se, até ontem, nos 285 casos por dia. No entanto, pode ser cedo para associar estes dados à primeira fase da reabertura, pelo desfasamento entre o contágio e os primeiros sintomas. Ontem houve 219 novos casos.

CONTÁGIOS A DESCER

Novos casos por dia desde 4 de maio

Depois de um pico em dois dias em torno dos 500 casos diários, o número tem vindo a descer.



7

Países idênticos têm surto controlado

A evolução dos países semelhantes a Portugal, tanto na evolução do surto como nos planos de confinamento, era outro elemento a ter em consideração. Dinamarca, Noruega, Áustria e República Checa, por exemplo, mostram resultados encorajadores, depois de concluírem que a reabertura não trouxe um agravamento da covid-19. Noruega e Dinamarca consideram mesmo ter o surto controlado, por terem taxas de contágio abaixo de 1.

<1

PAÍSES NÓRDICOS
A Dinamarca e a Noruega declararam ter o surto controlado por terem, entre outros, taxas de contágio abaixo de 1.

8

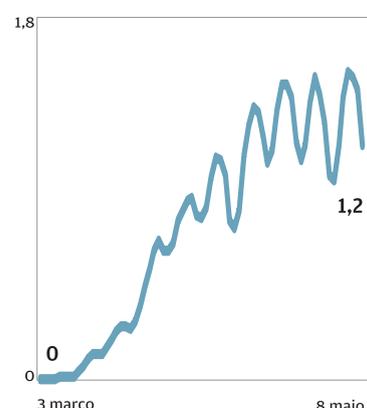
Elevado número de testes

A capacidade de testagem da população foi uma das recomendações da OMS para a redução das restrições. Portugal, que é um dos países da OCDE que mais testa per capita, tem tido oscilações no número de testes realizado diariamente. Ainda assim, está a fazer cerca de 1,3 testes por cada milhar de habitante por dia em média desde que começou a primeira fase da reabertura, acima da média de 1 teste por cada mil da semana anterior. Portugal é dos países que mais testes fazem.

TESTES OSCILAM

Testes diários por mil habitantes

Apesar das oscilações, Portugal está a realizar cerca de 1.200 testes de diagnóstico diariamente.



TOME NOTA

O ritmo da retoma das várias atividades em Portugal

O QUE JÁ REABRIU

- Serviços públicos, com balcões desconcentrados de atendimento ao público (por marcação prévia).
- Lojas com porta aberta para a rua até 200 metros quadrados (a partir das 10 horas).
- Livrarias e comércio automóvel, independentemente da área.
- Cabeleiros, barbeiros, manicures, pedicures e similares (por marcação prévia).
- Bibliotecas e arquivos.
- Jardins zoológicos, oceanários, fluviários e afins.
- Prática de desportos individuais ao ar livre (sem utilização de balneários nem piscinas).
- Pesca lúdica.

O QUE PODE REABRIR PARA A SEMANA

- Lojas com porta aberta para a rua até 400 metros quadrados ou partes de lojas até 400 metros quadrados (ou maiores, por decisão das autarquias).
- Restaurantes, cafés e pastelarias (lotação a 50%, funcionamento até às 23 horas), bem como esplanadas. Ambos têm de garantir o distanciamento entre clientes de pelo menos 2 metros.
- Aulas presenciais no ensino secundário para os alunos dos 11.º e 12.º anos e apenas para as disciplinas de exame nacional, bem como os 2.º e 3.º anos de outras

ofertas formativas. Os horários devem ocorrer entre as 10 horas e as 17 horas. O objetivo é que haja distanciamento entre os alunos. O Governo vai dar 4 milhões de máscaras por mais de 500 escolas.

- Creches (com opção de apoio à família).
- Equipamentos sociais na área da deficiência.
- Equipamentos culturais (museus, monumentos e palácios, galerias de arte, salas de exposições e similares).

O QUE PODE REABRIR EM JUNHO

- Teletrabalho parcial, com horários desfasados ou equipas em espelho.
- Lojas de cidadão.
- Lojas com área superior a 400 metros quadrados ou inseridas em centros comerciais.
- Creches, pré-escolar e centros de atividades de tempos livres (ATL). Cinemas, teatros, salas de espetáculos, auditórios (com lugares marcados, lotação reduzida e distanciamento físico).
- Futebol: a partir de 30-31/05 retomam as competições oficiais da 1.ª Liga e a Taça de Portugal. Já foi anunciado que os jogos da 1.ª Liga têm reinício marcado para 4 de junho, mas terão de decorrer à porta fechada, sem público.

PRIMEIRA LINHA **COVID-19**

Desconfinamento está a correr bem na Europa

A maioria dos países da Europa que começaram em abril a aliviar as medidas de contenção não viu o surto de covid-19 piorar. O impacto da reabertura nestes países é um dos elementos a ter em conta em Portugal, segundo os peritos.

Noruega
reabriu escolas
sem impacto

A Noruega começou o desconfinamento a 20 de abril, com a reabertura das creches e clínicas de saúde, permitindo deslocações a casas de férias. Na semana seguinte, abriu as escolas primárias, universidades e cabeleiros. “Não notámos, até agora, que a reabertura das escolas e creches tenha tido um efeito negativo na situação epidemiológica”, afirmou o responsável do Instituto de Saúde Pública norueguês.

Áustria com
primeira etapa
bem-sucedida

A Áustria começou por autorizar a reabertura das pequenas lojas a 14 de abril, do comércio de maiores dimensões a 1 de maio e o regresso às aulas presenciais a 4 de maio, em três etapas definidas por idades. Um mês depois das primeiras medidas de alívio, o ministro da Saúde austríaco declarou superada com êxito a primeira fase do processo. “A situação é muito estável”, assegurou.

Dinamarca
afasta segunda
vaga

A Dinamarca reabriu as creches e escolas pré-primárias e primárias a 15 de abril, cabeleiros, escolas de condução e clínicas na semana seguinte, e permitiu o regresso às aulas nos níveis de ensino seguintes a 10 de maio. “Conseguimos controlar o contágio de coronavírus”, afirmou ontem a primeira-ministra dinamarquesa. Com uma taxa de reprodução do vírus de 0,7, a Dinamarca afasta uma segunda vaga de infeções.

República Checa
reduz
máscaras

A República Checa iniciou o alívio de restrições a partir de 7 de abril com a obrigatoriedade de uso de máscara, mesmo ao ar livre. Mas, a partir de 25 de maio, o uso de máscara passa a ser obrigatório apenas dentro de espaços fechados. A redução do uso de máscaras decorre da redução do número diário de novas infeções, que está bem abaixo das 100 há dez dias consecutivos, e do de mortes, que se mantém abaixo das 10 por dia.

Novos casos
preocupam
Alemanha

Após a primeira fase de desconfinamento, as autoridades de saúde da Alemanha mostraram-se preocupadas com o aumento da taxa de infeção (RO), que subiu de 0,7 para 1,1, e com uma subida no número de novos casos da doença. As novas fontes de contaminação foram detetadas em casas de repouso e oficinas industriais de processamento de carne, sendo que algumas foram fechadas, em zonas específicas do país.

Itália sem
variação
significativa

A Itália começou a reabertura a 14 de abril, permitindo que um pequeno conjunto de estabelecimentos (livrarias, lojas de roupa para crianças) reabrissem as portas. Segundo as autoridades italianas, o número de novos casos não sofreu uma variação significativa, mantendo a tendência de queda. A “fase dois” tem início na segunda-feira, com a reabertura de cabeleiros, ginásios e recintos desportivos, sob fortes restrições.



DGS suaviza orientações para reabertura das creches

Depois da polémica em torno da primeira versão de orientações, as autoridades de saúde flexibilizaram as novas regras, acabando com o distanciamento de dois metros e a proibição de partilha de brinquedos.

Alguns dias depois de ter sido conhecida uma versão preliminar, a Direção-Geral da Saúde divulgou ontem as orientações para a reabertura das creches. Na versão final, caem algumas das medidas mais polémicas, designadamente a distância obrigatória de dois metros entre as crianças bem como a proibição de partilha de brinquedos.

Os responsáveis das creches consideram as novas orientações da Direção-Geral da Saúde mais adequadas, pois “deixaram de ser normativas” podendo adap-

tar-se à realidade das instituições, defendeu a associação representativa do setor. “A situação é um pouco diferente, porque as normas são maioritariamente orientadoras e as que são obrigatórias fazem sentido”, disse, à Lusa, Susana Batista, presidente da Associação de Creches e de Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular.

De acordo com as orientações publicadas, noticiadas pela Lusa, as creches e as amas devem reduzir o número de crianças por sala para maximizar o distanciamen-

to entre elas, mas sem comprometer o normal funcionamento das atividades lúdico-pedagógicas, segundo uma orientação da Direção-Geral da Saúde (DGS) hoje publicada.

Para evitar o cruzamento entre pessoas, a orientação estabelece também a definição de horários de entrada e de saída desfasados e a definição de circuitos de entrada e saída da sala de atividades para cada grupo.

Estas são algumas das medidas de prevenção e controlo a adotar em creches, creches fami-

liares e amas, em contexto de pandemia de covid-19, que constam da orientação.

Antes da abertura prevista para 18 de maio, todos os espaços devem ativar e atualizar os seus planos de contingência, os quais devem contemplar os procedimentos a adotar perante um caso suspeito de covid-19 e a definição de uma área de isolamento.

Segundo a orientação, “os responsáveis pelas creches, creches familiares e amas devem garantir uma redução do número de crianças por sala de forma que seja maximizado o distanciamento entre as mesmas, sem comprometer o normal funcionamento das atividades lúdico-pedagógicas”.

Quando as crianças estão em mesas, berços ou espreguiçadeiras, deve ser maximizado o distanciamento físico entre elas. “As crianças e os funcionários devem ser organizados em salas fixas, sendo que a cada funcionário deve corresponder apenas um grupo, e

os espaços devem ser definidos de acordo com a divisão, para que não haja contacto entre pessoas de grupos diferentes”, refere o documento.

Nas salas em que as crianças se sentam ou deitam no chão, o calçado deve ser deixado à entrada, podendo ser solicitado aos encarregados de educação que levem calçado extra (de uso exclusivo na creche), uma recomendação que também se aplica aos funcionários do espaço.

Na hora da sesta, deve existir um colchão para cada criança e garantir que usa sempre o mesmo, separando os colchões uns dos outros e mantendo a posição dos pés e das cabeças alternadas.

No período de refeições, a deslocação para a sala deve ser faseada para diminuir o cruzamento de crianças e os lugares devem estar marcados. Entre outras medidas, a orientação estabelece que todos os funcionários devem usar máscara cirúrgica. ■ **NEGÓCIOS COM LUSA**

Publicidade

QUEM LIGA, ESCLARECIDO FICA

☎ **218 410 836**



CRÉDITOS
Fidelizações
Garantias



DECO PROTESTE
DEFESA DO CONSUMIDOR

Com a **DECO PROTESTE**, os seus direitos estão apenas a uma chamada de distância. Do outro lado da linha tem uma vasta equipa de especialistas jurídicos, prontos para o ajudar a tornar-se num consumidor mais esclarecido e informado. **Ligue a quem liga aos seus direitos, fale com a DECO PROTESTE.**

☎ **218 410 836 - DIAS ÚTEIS, DAS 9H ÀS 18H**

PRIMEIRA LINHA COVID-19

Transformar voos de passageiros em carga: a TAP reinventa-se

A TAP procura na carga uma forma de atenuar a falta de receitas com a venda de bilhetes devido à pandemia. E até já está a modificar os seus mais novos aviões.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

As restrições impostas por vários países à mobilidade devido à covid-19 afastaram os passageiros dos voos da TAP, mas a companhia está a apostar no transporte de carga, procurando reinventar-se em tempos de pandemia. Hoje assegura 10 voos semanais exclusivamente de carga nos A330neo para Brasil, EUA, Angola e Moçambique. E, a cada três dias, voa para a China para recolher toneladas de equipamento médico, tendo numa das aeronaves retirado já as cadeiras, para ganhar espaço na cabine onde caibam mais ventiladores, máscaras ou kits de diagnóstico.

Ao Negócios, Miguel de Paiva Gomes, diretor da TAP Air Cargo, adiantou que, no ano passado, o mercado internacional de carga caiu 7%, enquanto a empresa portuguesa registou uma subida de 17% “à custa do crescimento da própria TAP em frota e destinos”. Em 2019 foram transportadas 95 mil toneladas de carga e correio e a faturação foi de 150 milhões de euros, 5% do gerado pelo grupo.

Ainda em fevereiro a TAP operava quase 400 voos por dia, para cerca de 90 destinos com mais de 100 aviões, sendo que a Air Cargo vendia não só capacidade de carga nesses voos, como operava para mais 250 destinos com operadores parceiros a nível global. Com o



“shutdown” ditado pelo estado de emergência, os voos regulares de passageiros da companhia restringiram-se à Madeira e aos Açores.

“A carga não está sujeita às restrições de fronteiras e é uma necessidade que se manteve”, salien-



Vários operadores chegam à China e voltam vazios. A TAP tem 100% de sucesso.

MIGUEL DE PAIVA GOMES
Diretor da TAP Air Cargo

ta Miguel de Paiva Gomes, adiantando que, em março, devido ao confinamento e à redução da atividade económica, houve um decréscimo deste transporte de 15% a nível global. Só que o recuo da capacidade dos operadores foi muito maior, de 45%, pelo facto de as companhias aéreas terem estacionado os aviões.

Logo em março “a TAP foi das primeiras companhias a utilizar os Neo no transporte de material médico da China, carregado no porão, mas ocupando também a cabine de passageiros”, explicou o responsável. Num mês e meio já fez 15 voos àquele país, dos quais nove nos seus A330-900neo e o restante em cargueiros fretados pela empresa. “É invariavelmente pouco o espaço, fica sempre a sensação de que ficou um ventilador para trás ou centenas de caixas de máscaras”, salien-

ta Miguel de Paiva Gomes.

Por essa razão a companhia decidiu agora dar um segundo passo e tirar todas as cadeiras da classe económica de uma aeronave, num total de 250 lugares, cujo peso equivale a cinco toneladas, e



Em abril, mesmo com esta atividade intensa de carga, a redução da faturação é de 45%.

MIGUEL DE PAIVA GOMES
Diretor da TAP Air Cargo

assim “ganhar mais 20% a 25% de volumetria na cabine para colocar mais carga”. “Passamos a ter um avião TAP ‘cargueiro’ com 250 metros cúbicos e 25 toneladas no total”, frisa o diretor da TAP Air Cargo, dando a comparação com a utilização da cabine com as cadeiras, que tinha uma capacidade de 180 metros cúbicos.

Nestes voos à China vão 13 pessoas, entre tripulação, pessoal de manutenção mecânica e para orientar o carregamento. São sempre diretos, explica Miguel de Paiva Gomes, porque “todas as paragens trazem complexidade e questões de segurança” e “várias congéneres já tiveram problemas de carga médica desviada”.

Para já a companhia tirou os assentos de um A330-900neo, que está agora em certificação, mas tem já previsto fazer o mesmo a uma se-



Miguel de Paiva Gomes, diretor da TAP Air Cargo, diz que o facto de a TAP ter uma das frotas mais modernas tem sido crítico para competir no mercado de transporte de carga e correio. A retirada de 250 cadeiras de um A330-900neo aumentará a capacidade de carga da China.



gunda aeronave. “A procura supera em muito a oferta de disponibilidade de espaço. Não são todas as companhias que estão a conseguir reinventar-se e a fazer este esforço para responder às necessidades atuais.”

10 voos semanais

Além dos voos para a China, a TAP Air Cargo está a realizar 10 voos por semana para Brasil, Angola, Moçambique e EUA, garantindo os fluxos de trocas comerciais de Portugal, mas também entre mercados complementares. Desses, quatro voos são para o Brasil, para onde tem estado a transportar material médico mas também carga farmacêutica sem relação com a covid-19, como medicamentos ou vacinas, e até peças para a indústria automóvel. Deste país traz essencialmente fruta, como manga, mamão ou papaia.

Para Luanda estão a ser feitos dois voos semanais, de bens de primeira necessidade, e para Maputo um, tendo já transportado para este país carga médica. Para os EUA são três os voos – Chicago e Newark – com carga comercial, principalmente da zona Norte do país, mas também de outros países europeus.

Se anteriormente a TAP tinha duas fontes de receita, os passageiros e a carga, neste momento é a carga que tem de pagar o custo do voo. A exceção são as cargas humanitárias da China de equipamento médico que têm como destino o SNS e hospitais de referência, que são feitas ao preço de custo.

Quanto ao resto, explica o diretor da TAP Air Cargo, houve um acréscimo anormal de preços no transporte. “Só conseguimos fazer estes voos porque somos competitivos”, já que “só se mantém de-

terminadas cargas”, como sejam as de alto valor, como a farmacêutica e perecíveis. “Nem todas as linhas aéreas tiveram a agilidade de se reinventar, mas é crítico termos uma das frotas mais modernas porque os Neo consomem menos 20% de fuel”, diz. No entanto, “mesmo com esta atividade intensa de transporte de carga, este ano vamos decrescer”, admite o responsável. Só em abril a TAP Air Cargo teve uma redução de 45% da faturação face ao mesmo mês de 2019 uma vez que, se antes havia 400 voos semanais, hoje são 10.

“Temos muitos pedidos de carga que extravasam o foco nacional”, sublinha Miguel de Paiva Gomes, admitindo que “podemos reforçar sempre a oferta”. “Temos capacidade de transportar carga a outros mercados, o que é uma forma de rentabilizar os voos”, garantiu. ■

TOME NOTA

O negócio que sobra à companhia aérea em tempos de pandemia

A TAP Air Cargo cresceu no ano passado, impulsionada pelo aumento da frota e de destinos da TAP. Em abril, com apenas 10 voos por semana, face aos 400 de há um ano, a faturação caiu 45%.

15
CHINA

Num mês e meio, a TAP fez 15 voos à China para trazer material médico, dos quais nove no A330-900neo. Faz um voo a cada três dias.

A TAP Air Cargo está a realizar 10 voos por semana apenas de carga, nos A330neo da TAP, para Brasil, Angola, Moçambique e EUA.

10
SEMANA

17
CRESCIMENTO

Em 2019, a TAP Air Cargo cresceu 17% no volume de carga transportada, para 95 mil toneladas. A nível global houve um recuo de 7%.

Em abril, a faturação da TAP Air Cargo recuou 45% face ao mesmo mês de 2019, sendo que antes havia 400 voos por semana e agora há 10.

45%
FATURÇÃO

250
LUGARES

A TAP tirou 250 cadeiras do A330-900neo que voa para a China, cujo peso equivale a 5 toneladas, ganhando 20%-25% de volumetria.

Desde o “shutdown”, a TAP fez já cerca de 30 voos de repatriamento, alguns para destinos para onde não opera, como Lima, no Peru.

30
REPATRIAMENTO

PRIMEIRA LINHA **COVID-19**

Países em situações semelhantes podem abrir portas entre si

A retoma das viagens na União Europeia vai ser feita de forma faseada e vai começar com o levantamento das restrições entre os países que tenham situações epidemiológicas semelhantes. “Vouchers” poderão vir a ser transmissíveis.

RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvas@negocios.pt

Está apresentada a estratégia para relançar o turismo europeu. Numa altura em que vários países aliviam as medidas de confinamento e estudam reabrir fronteiras, a Comissão Europeia (CE) recomenda que, numa primeira fase, só os territórios em situação epidemiológica idêntica possam abrir portas entre si. Ao mesmo tempo, e para evitar uma onda de reembolsos, Bruxelas quer que os vales emitidos para compensar aqueles que viram as suas viagens canceladas sejam atrativos. Para isso, propõe que estes vales possam ser transmissíveis para outros viajantes.

Estes são alguns dos pontos que constam do pacote de recomendações apresentado esta quarta-feira. O plano é extenso e divide-se em cinco secções: reposição da liberdade de movimentação; relançamento dos transportes; relançamento dos serviços turísticos; disponibilização de informação para os turistas; e disponibilização de apoios para as empresas do setor.

Quanto ao primeiro ponto, Bruxelas deixa claro que “viajar para o estrangeiro vai depender da evolução da situação de saúde pública nos Estados-membros” e antecipa que o mais provável será uma abordagem “faseada e coordenada” entre países. “Isso começará com o levantamento das restrições entre regiões e Estados com situações epidemiológicas suficientemente semelhantes”.

De qualquer forma, o levantamento de restrições só deve



Margrethe Vestager, comissária europeia para a Concorrência, apresentou a estratégia para o turismo.

avançar se os países cumprirem três critérios: controlo da situação epidemiológica, capacidade de voltar a aplicar medidas de confinamento e prioridade às viagens essenciais, de origem eco-

nómica, social ou de saúde.

Os Estados devem também ter em conta a capacidade do sistema de saúde para resistir a um possível aumento de doentes quando as fronteiras forem abertas a turistas, bem como a capacidade de assegurar a realização de testes em larga escala.

Quanto aos transportes, Bruxelas recomenda que sejam mantidas as medidas que já são implementadas atualmente, como a utilização de máscaras, redução da capacidade dos transportes e garantia de distanciamento entre passageiros. O mesmo no caso dos estabelecimentos de alojamento: deve ser assegurada uma distância mínima de 1,5 metros nas áreas comuns, ao mesmo tempo que são implementadas medidas de higiene e desinfeção e que todos os trabalhadores devem receber formação especifi-

ca sobre os novos procedimentos.

Já para incentivar as viagens, uma das principais propostas diz respeito aos vales turísticos. Portugal foi um dos países que já criou um regime para enquadrar estes vales, emitidos em nome daqueles cujas viagens ou alojamento tenham sido cancelados devido à pandemia. Bruxelas dá agora indicações sobre as características destes vales.

“Para que sejam atrativos e uma alternativa aos reembolsos, os vales devem estar protegidos de uma potencial insolvência do seu emissor”, explica. Devem, também, ter validade mínima de 12 meses e permitir o reembolso automático, no máximo de 14 dias, ao fim desse tempo. Outra das propostas é que estes vales, de transporte ou de alojamento, sejam transmissíveis para outros turistas sem custos adicionais. ■

TOME NOTA
Como vai a Europa reabrir o turismo?

O plano de relançamento do turismo europeu assenta em cinco eixos e começa na reposição da liberdade de movimentação.

MOVIMENTAÇÃO
A liberdade de movimentação dentro da UE vai depender da evolução da situação de saúde pública em cada país. Bruxelas quer que seja assegurado o controlo da situação epidemiológica e a capacidade de voltar a aplicar medidas de confinamento. Antes das viagens turísticas, deve ser dada prioridade às viagens essenciais. E, na primeira fase, só os países em situação idêntica devem reabrir entre si.

TRANSPORTES
A compra de bilhetes deve passar a ser feita online e a capacidade dos transportes deve ser reduzida. Os transportes devem disponibilizar desinfetante e não devem vender comida, bebida ou outros bens a bordo. O uso de máscaras é incentivado.

ESTABELECIMENTOS
Depois de os trabalhadores receberem formação sobre os novos protocolos, os estabelecimentos turísticos deverão reabrir apenas quando conseguirem assegurar material de higiene e proteção para todos e desinfeção regular dos espaços.

INFORMAÇÃO
Bruxelas quer que a informação essencial para os turistas seja facilmente acessível. Para além da divulgação clara dos direitos em caso de cancelamento de viagens, incentiva os turistas à utilização de aplicações móveis que alertem aqueles que possam ter sido expostos ao vírus.

APOIOS ÀS EMPRESAS
Estão disponíveis 8 mil milhões de euros para apoiar PME, incluindo no turismo, e há um programa de combate ao desemprego de 100 mil milhões.

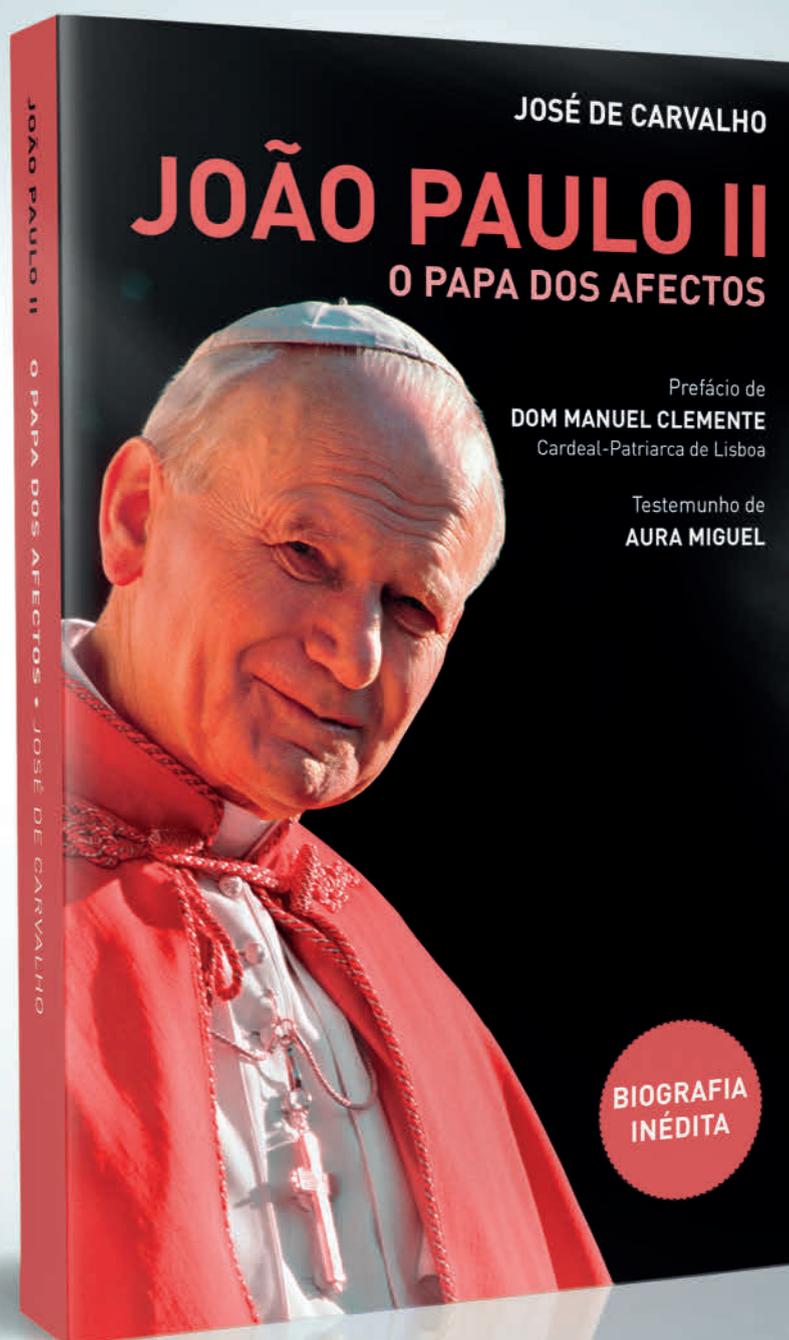


Viajar para o estrangeiro vai depender da evolução da situação de saúde pública nos Estados.

COMISSÃO EUROPEIA
Pacote de recomendações para relançamento do turismo

CORREIO
da manhã

A BIOGRAFIA QUE REFLETE O CORAÇÃO, A ALMA E OS PENSAMENTOS DO PAPA JOÃO PAULO II.



O LIVRO DO PAPA DOS AFETOS

Conheça a fascinante vida do Papa João Paulo II. A criança que não deveria ter nascido. A precoce morte da sua mãe e familiares. O jovem sozinho no mundo. O Papa que todos amamos. O amor sentido pela Nossa Senhora. O Papa João Paulo II faz parte da História. Escrito pelo professor José de Carvalho, com prefácio de D. Manuel Clemente, Cardeal Patriarca de Lisboa, e testemunho da jornalista Aura Miguel.

JÁ NAS BANCAS

9,95€
+ JORNAL

ECONOMIA

LEI LABORAL

Pode o Governo legislar com perguntas e respostas?

As perguntas e as respostas sobre os diversos diplomas têm sido uma ajuda, nalguns casos, e uma dor de cabeça, noutros. Há quem lhes chame “lei do guiché”. O que valem estas orientações do Estado? Pouco em termos jurídicos, muito em termos práticos. Podem vincular a ACT, mas não vinculam os tribunais.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Os trabalhadores que estão em teletrabalho têm direito a manter o subsídio de almoço. Os empregadores que pagarem acima dos limites mínimos do lay-off têm também de pagar TSU sobre o excedente. Uma mãe não tem direito ao apoio extraordinário à família se o outro progenitor estiver em teletrabalho.

São alguns exemplos de regras que não estavam claras e que se impuseram através das perguntas e respostas – mais conhecidas com FAQ, do inglês Frequently Asked Questions – publicadas por diversos organismos da administração pública. Nalguns casos as orientações foram corrigidas, como quando o Governo assumiu que as comissões de vendas não deviam contar para o cálculo da compensação em lay-off. Noutros foram retiradas: durante alguns dias, a Segurança Social garantiu que um trabalhador que esteja em teletrabalho não pode ser abrangido pelo lay-off, mas acabou por apagar a resposta.

Em tempos de intensa produção legislativa, estes esclarecimentos da administração têm ajudado a guiar empresas e trabalhadores pelas novas regras legais. Mas também têm acrescentado interpretações que, segundo os advogados, por vezes contrariam o que diz a lei, gerando novas dúvidas. De tal forma que assim que sai um novo diploma já toda a gente fica à espera que saiam as FAQ. Mas o que valem estas orientações?

“Se a ACT entender de forma diferente não vale nada. Se os tri-

bunais entenderem de forma diferente não vale nada”, responde António Monteiro Fernandes, professor de Direito do Trabalho. “Têm um valor de ordem prática, refletem a opinião oficial, mas não têm carácter normativo. A qualquer momento pode vir um despacho a dizer coisa diferente”, explica o docente do ISCTE. Do ponto de vista jurídico, “não significam rigorosamente nada”, concorda Alexandre Sousa Pinheiro, constitucionalista.

Isto não significa que as FAQ não tenham profunda influência no comportamento dos destinatários das medidas. Como explica o advogado Pedro Furtado Martins, “quando a aplicação do diploma passa por decisões da Administração Pública é evidente que os destinatários – empresas e trabalhadores – ficam dependentes desse entendimento, que tende a prevalecer a curto prazo”.

Pouco valor jurídico, muita influência prática

Pedro Furtado Martins tem uma expressão para descrever as FAQ: “lei do guiché”. “Lei do guiché corresponde ao entendimento que a Administração Pública tem quanto a certas normas. Que por vezes está correto e por vezes não. Porque é que lhe chamo lei? Porque a aplicação passa pela Administração Pública, e se a Administração Pública diz que não concede o apoio, mesmo com base numa interpretação errada, isto a curto prazo é inultrapassável, na prática”. Até a curto prazo as questões não chegam a tribunal. E quando chegam “muitas vezes já não vem a tempo”.

“Pergunta até que ponto se pode legislar por perguntas e respostas? O problema é esse, é quem legislou”, reage Luís Miguel Monteiro, advogado da Morais Leitão.



O ministro da Economia e a ministra do Trabalho têm estado na linha da frente da resposta legislativa à pandemia

“Muitas das perguntas e respostas foram elaboradas pela Segurança Social. Parece que o foco se desvia da lei para o que é a autoridade administrativa. Ela é que legisla? Não pode ser assim”, alega, lembrando por exemplo o facto de o formulário do lay-off impedir, na prática, que as comissões de venda sejam refletidas na compensação.

“As interpretações feitas pela Segurança Social ou mesmo pelo Ministério do Trabalho não vinculam os tribunais”, exceto à luz dos meros

argumentos que um juiz deve considerar. “Veja-se a questão do subsídio de refeição em teletrabalho. O Governo diz assim: no nosso entendimento é devido. O que é que esta indicação quer dizer? Quer dizer que a ACT deve na sua ação inspetiva entender como ilegal a prática de uma empresa que não pague subsídio de refeição em teletrabalho, mais isso não vincula o tribunal”, ressalva Luís Miguel Monteiro. Imaginemos que há uma empresa que não paga. “A empresa pode ser autuada [pela

ACT], impugna essa contraordenação e o tribunal entender que não há obrigação de pagamento de subsídio de refeição em teletrabalho. Ou entender outra coisa”.

Questionado sobre a possibilidade de os tribunais decidirem de forma diferente da ACT, o Ministério do Trabalho (MTSSS) responde que “o entendimento dos serviços e organismos resulta da interpretação que é feita da legislação em vigor e é, naturalmente, passível de recurso jurisdicional”. ■

“

Têm um valor de ordem prática, refletem a opinião oficial, mas não têm caráter normativo.

ANTÓNIO MONTEIRO
FERNANDES
Professor de Direito do Trabalho

“

Do ponto de vista jurídico [as perguntas e as respostas] não significam absolutamente nada.

ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO
Constitucionalista

António Cotrin/Lusa



de covid-19.

“

Quando a aplicação passa por decisões da Administração Pública (...) o entendimento tende a prevalecer a curto prazo.

PEDRO FURTADO MARTINS
Advogado

“

O entendimento dos serviços resulta da interpretação da lei (...) e é passível de recurso jurisdicional.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Fonte oficial

Aprovação do lay-off sem o Parlamento divide constitucionalistas

Poderia o lay-off simplificado ser legislado pelo Governo? Os constitucionalistas dividem-se. O Governo garante que sim e justifica a retificação que alargou a proibição de despedimentos.

A dúvida instalou-se há uns meses e ainda permanece: pode o lay-off simplificado, que facilita cortes salariais, ser aprovado apenas pelo Governo?

Alexandre Sousa Pinheiro, constitucionalista, entende que não. “Estamos perante direitos, liberdades e garantias e, no caso, direitos, liberdades e garantias do trabalhador”, que deviam por isso passar pelo Parlamento, tal como acontece, aliás, com as alterações ao Código do Trabalho. Até porque a Constituição garante que “durante o estado de emergência as competências dos órgãos de soberania não são alteradas”.

O constitucionalista Rui Medeiros tem outra opinião. “Nem todos os direitos dos trabalhadores cabem na reserva da Assembleia da República”. Neste caso, “o único direito, liberdade e garantia que poderia ser invocado para justificar a reserva do Parlamento seria o direito à segurança no emprego”. Embora reconheça que a suspensão do contrato de trabalho “não é irrelevante para efeitos de segurança no emprego”, Rui Medeiros não altera a conclusão. “O lay-off constitui uma medida transitória, com um conteúdo limitado, e que visa salvaguardar o emprego e não restringi-lo. Por isso, no caso concreto, é duvidoso que esta medida de natureza excecional tivesse de ser tomada pela Assembleia da República.”

Para o Governo, “o diploma aprovado não prejudica o regime contemplado no Código do Trabalho, o diploma remete para muitas disposições legais ou regulamentares existentes e adapta regimes legais existentes, ajustando-os a um quadro excecional e temporário. Aliás,

“

Estamos perante direitos, liberdades e garantias do trabalhador. Durante o estado de emergência as competências dos órgãos de soberania não são alteradas.

ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO
Constitucionalista

No caso concreto, é duvidoso que esta medida de natureza excecional tivesse de ser tomada pela Assembleia da República.

RUI MEDEIROS
Constitucionalista

”

muitas medidas já previstas no Código do Trabalho são enunciadas no diploma”, responde fonte oficial do gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), Tiago Antunes. Acresce que “certas disposições dessa lei não carecem, em função da matéria versada, de aprovação por essa via, bastando a aprovação por parte do Governo”. A mesma fonte lembra que o objetivo do diploma é “evitar despedimentos nesta fase crítica que o país atravessa”.

Governo justifica travão aos despedimentos

Não há normas que proibam a dispensa de contratados a prazo, mas há de facto uma regra que limita despedimentos coletivos e por extinção de posto de trabalho. Esta limitação foi alargada através de uma mera declaração de retificação, que à partida serve para corrigir erros formais e não de conteúdo.

Há vários exemplos, mas um dos mais relevantes foi o da retificação que alargou a proibição de despedimentos por parte dos empregadores abrangidos pelo lay-off simplificado. O diploma publicado a 26 de março proibia despedimentos coletivos ou por extinção de posto de trabalho apenas em relação aos trabalhadores abrangidos pela medida, mas uma declaração de retificação publicada dois dias depois alargou a proibição a todos os trabalhadores dessas empresas.

Responde o Governo que “as retificações são admissíveis, entre outras razões, para correção de erros materiais provenientes de divergências entre o texto original e o texto de diplomas publicados” em Diário da República”, como foi o caso. É uma justificação possível, como tinha já explicado António Monteiro Fernandes.

Alexandre Sousa Pinheiro lembra que em 2009 o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional uma retificação ao Código do Trabalho que tentou reintroduzir determinadas contraordenações (acórdão n.º 490/2009). No entanto, com este esclarecimento do Governo, conclui que “as razões que estiveram na base da inconstitucionalidade de 2009 não subsistem”. ■ CAP

Lex

POLÍTICA MONETÁRIA

Está aberta mais uma crise institucional na União Europeia

O Tribunal Constitucional alemão abriu nova crise institucional na União Europeia, ao considerar que o BCE extravasou as suas competências no programa de compra de ativos.

ALEXANDRA MACHADO
amachado@negocios.pt

A decisão do Tribunal Constitucional (TC) alemão de considerar que o Banco Central Europeu (BCE) extravasou as suas competências de política monetária no programa de compra de ativos lançado em 2015 abriu uma caixa de Pandora. Mas mais do que isso, consideram os advogados especialistas, abriu uma crise institucional na União Europeia, em plena crise pandémica provocada pela covid-19.

O Tribunal Constitucional alemão considerou ilegal a atuação do BCE, motivando a ameaça da Comissão Europeia – liderada pela alemã Ursula von der Leyen – de avançar com um procedimento de infração contra a Alemanha, que vai presidir à União Europeia a partir de julho.

Conta o Financial Times que Angela Merkel terá, numa reunião do partido – União Democrata-Cristã –, qualificado de “enorme” o significado da decisão, admitindo, no entanto, que o impasse é “solucionável”, desde que lidado com “inteligência”. Sob pena, acrescentam os advogados ouvidos pelo Negócios, de se abrir uma grave crise institucional no seio da União Europeia (UE), podendo, até, comprometer o seu futuro.

“A situação decorrente da decisão do TC alemão, no que concerne à UE, é complexa e não tem respostas simples, seja num plano estritamente jurídico, seja nos planos político e económico”, começa por dizer Nuno Antunes, sócio e coordenador da área de prática de Público e Regulatório na Miranda, admitindo que, “no plano político, as consequências poderiam fazer-se sentir até no plano da sobrevi-



O Tribunal Constitucional alemão decidiu partir para o confronto com o BCE.

vência do projeto europeu se a situação escalasse para níveis de ‘conflito político’ aberto”, ainda mais envolvendo “um dos Estados-membros fundadores do projeto – a Alemanha –, que é também o Estado da Zona Euro economicamente mais forte”.

Carlos Botelho Moniz, sócio da MLGTS, acredita também que este caso abre “uma crise institucional de uma gravidade enorme”, explicando que é a primeira vez que o TC

alemão, “de forma explícita”, diz que “não aceita as conclusões e a decisão que foi adotada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) que confirmou a legalidade do comportamento do BCE”.

O que está em causa?

O TC alemão veio considerar, em acórdão de dia 5 de maio, que o BCE extravasa os seus poderes no programa de compra de ativos, lançado em 2015 e retomado no final

do ano passado, já que a medida não é apenas de política monetária, como lhe competirá, mas pode caber também numa atuação de política orçamental e económica, o que lhe está impedido. Esta sentença revela-se, por outro lado, contrária a uma interpretação do TJUE, de 2018, de que a ação do banco central era conforme à sua função.

Esta decisão do Constitucional alemão encerra, assim, duas questões: a sentença contrária de um tri-

Alemanha pode levar processo de infração?

Kai Pfaffenbach/Reuters



bunal nacional a uma decisão do tribunal europeu; e a competência do TC alemão de decidir sobre atuações do BCE.

Para o TC alemão, o BCE não explicou de forma fundamentada porque estes programas de compra de ativos têm tal impacto a nível orçamental e económico, requerendo por isso, em três meses, uma fundamentação. O Bundesbank, que tem assento no conselho de governadores do BCE, está, assim, no olho do furacão, já que, “se, por um lado, é obrigado pelo direito europeu a participar no programa de compra de ativos, por outro estaria vinculado por uma decisão do TC que o impediria de participar no programa”, o que leva Carlos Botelho Moniz a determinar existir, por isso, “um conflito de legitimidades políticas. Alguém vai ter de decidir a quem vai obedecer. É o grande problema. O grande momento da crise”.

Luís Fábrica e Sílvia Bessa Venda, respetivamente, consultor e associada da Abreu Advogados, falam de “uma guerra surda” entre os tribunais de duas ordens jurídicas. Por um lado, “o TJUE encara o TC alemão na ótica do Direito da União Europeia, que afirma a sua supremacia sobre os Estados-membros e as suas leis e instituições, incluindo as constituições e os tribunais constitucionais”, por outro, “o TC alemão encara o TJUE como o produto de uma criação dos Estados-membros, que abdicaram de parte da sua soberania, nos termos do Direito Internacional, para criar uma ordem jurídica autónoma, com instituições próprias”.

Neste acórdão, acrescentam,

“o TC alemão vem lembrar ao TJUE, em termos inusitadamente duros e contundentes, que os notáveis poderes deste – assim como os das restantes instituições europeias, como o BCE – só existem dentro do quadro definido pelos Estados, ao criarem, por meio de tratados internacionais, as bases da ordem jurídica europeia: fora desse quadro, o TJUE, o BCE e as restantes instituições europeias simplesmente não têm poderes, atuam ultra vires [além do poder]; fora desse quadro, subsistem os estados soberanos, com as suas constituições e os seus tribunais constitucionais”.

Assim, se na perspetiva do TC alemão, a opinião do TJUE não é vinculativa; na perspetiva das instâncias e do tribunal europeu há um desrespeito por parte de uma autoridade nacional de uma decisão europeia. É aqui que a Comissão Europeia entra com a ameaça de um procedimento de infração. No final, se o TC alemão vier a considerar que o BCE extravasa competências no seu programa, o Bundesbank terá de abandoná-lo. Ainda que também aqui seja levantada a dúvida sobre a competência técnica dos tribunais aferirem se o BCE está a atuar apenas no campo da política monetária.

O problema, diz Nuno Antunes, é que “a fronteira entre ‘política monetária’ e ‘política económica’ não está (e provavelmente nem sequer pode ser) definida em termos claros, o que permite ao TC alemão arrogar-se ampla margem de discricionariedade na fiscalização dessa fronteira, fiscalização essa que o TJUE tem entendido ser exclusivamente sua”. ■

Há risco para resposta à covid?

O acórdão do Tribunal Constitucional alemão diz respeito ao programa de compra de ativos iniciado em 2015 por Mario Draghi. Um conjunto de personalidades fez uso da possibilidade que o direito germânico dá de apresentar queixas junto do guardião da Constituição alemã para contestar a ação do BCE. O Constitucional, como lhe competia, fez um conjunto de perguntas ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) que, em 2018, concluiu pela legalidade do programa. O TC alemão veio agora dizer que essa posição não tem caráter vinculativo, decidindo em sentido contrário. Embora a decisão recaia sobre o programa regular, os advogados ouvidos pelo Negócios admitem que pode ferir também o programa pandémico de 750 mil milhões de euros lançado pelo BCE para responder à crise da covid-19, já que o atual programa vai até mais longe.



A decisão do TC admite que a atuação do BCE possa ter sido conforme aos tratados europeus. Mas exige demonstração.

NUNO ANTUNES
Sócio na Miranda



É inegável que a certeza relativa à legalidade do novo programa se encontra, de certa forma, afetada.

LUÍS FÁBRICA
E SÍLVIA BESSA VENDA
Abreu Advogados

A Comissão Europeia, liderada pela alemã Ursula von der Leyen, já ameaçou avançar com um procedimento de infração contra a Alemanha. No entender de Nuno Antunes, sócio e co-coordenador da área de prática de Público e Regulatório na Miranda, “na pendência da avaliação da situação pela Comissão Europeia, parece precoce estar a discutir qual poderá ser o fundamento da abertura de um procedimento de infração”, podendo, até, dar-se o caso de Bruxelas concluir que não se verificou qualquer violação pela Alemanha, o que determinaria não haver qualquer fundamento para o processo de infração.

De qualquer forma, para abrir procedimento, a Comissão Europeia poderá ter de provar que a Alemanha, cujo TC se recusou a aceitar as conclusões do TJUE quanto à atuação do BCE, violou dessa forma o direito europeu. Para Nuno Antunes, “parece arriscado para a Comissão considerar que existe fundamento suficiente para concluir pela existência de uma violação pela Alemanha das suas obrigações europeias”.

Mas no final, se houver um procedimento de infração, o caso poderá acabar onde tudo começou: no TJUE. É que se Bruxelas considerar que houve infração ao Direito da União Europeia e se não considerar a defesa da Alemanha satisfatória, o caso passaria para o tribunal, que tem competências para declarar a existência de uma infração e aplicar sanções pecuniárias. ■

POLÍTICA MONETÁRIA

Resposta indireta do BCE será saída sem danos maiores

O BCE tem três meses para justificar a sua ação. Mas o Banco Central Europeu não reconhece competência ao Constitucional alemão para esse julgamento.

ALEXANDRA MACHADO

amachado@negocios.pt

O Tribunal Constitucional alemão estabeleceu um prazo de três meses para o conselho de governadores do BCE adotar uma nova decisão que demonstre, “de forma fundamentada e compreensiva, que os objetivos de política monetária prosseguidos pelo BCE no programa [de compra de ativos] não são desproporcionais face aos seus efeitos nas políticas orçamentais e económicas”. Assim, o Constitucional determina que o Bundesbank, banco central alemão, deixe, ao fim desse período de três meses, de participar na implementação e execução do programa, garantindo, ainda, que títulos de dívida que já foram comprados e que estão no seu balanço sejam vendidos ao abrigo de uma estratégia “possivelmente de longo prazo” - coordenada com os bancos do sistema central.

A sentença dirige-se diretamente às instâncias alemãs, nomeadamente ao Bundesbank. O BCE, tal como não compareceu na audiência de julgamento, não deverá agora responder de forma direta ao tribunal alemão. “Creio que o BCE nunca vai responder diretamente ao tribunal alemão. Isso seria aceitar a jurisdição do tribunal alemão sobre o BCE”, afirma Carlos Botelho Moniz, sócio da MLGTS, que, ainda assim, vê uma saída possível deste conflito. É se no prazo de três meses o Bundesbank, o governo e o parlamento alemão “levarem ao conhecimento do Constitucional do seu país uma fundamentação mais detalhada das decisões do BCE, de forma a permitir ao TC alemão chegar à conclusão de que, analisada essa fundamentação suplementar, as medidas podem e devem ser qualificadas como sendo de política mone-



François Lenoir/Reuters

Christine Lagarde tem de defender o programa iniciado por Mario Draghi.



Creio que o BCE nunca vai responder diretamente ao tribunal alemão. Isso seria aceitar a jurisdição do tribunal alemão sobre o BCE.

CARLOS BOTELHO MONIZ
Sócio da MLGTS

tária e portanto não excedendo as competências do BCE”. Neste caso, “o assunto ficaria arrumado, a questão ficaria resolvida e o conflito não alastraria”, diz Botelho Moniz.

Nuno Antunes, sócio da Miranda, acredita que o cenário hipotético, “que se afigura como mais provável, é o de um verdadeiro ‘jogo de espelhos’, que resulte numa solução que permita leituras jurídico-político económicas multifacetadas pelos atores envolvidos (BCE, TJUE, TC alemão, Comissão Eu-

ropeia, governo alemão, etc.), mas não sejam necessária e totalmente coerentes no plano jurídico, quiçá aquele que menos releva aqui”. Ou seja, o BCE pode emitir novas decisões sobre programas de compra de ativos com fundamentação de que é de política monetária que se trata, sem que estas sejam uma resposta formal ao TC alemão. Para Nuno Antunes, neste cenário “estariamos formalmente perante uma ‘não-resposta’ do BCE, que constituiria materialmente uma resposta às objeções do TC alemão”. “Toda a gente ficaria com a face lavada”, conclui Carlos Botelho Moniz, para quem a alternativa levará a que se entre “num caminho desconhecido”.

Já para Luís Fábria, consultor, e Sílvia Bessa Venda, associada, da Abreu Advogados, do ponto de vista institucional, “será difícil e porventura inconveniente que o BCE ofereça alguma demonstração ao TC alemão, ao menos em termos explícitos e intencionais”, mas, “seja qual for o modo, a via, o mensageiro, a resposta vai ter de chegar a Karlsruhe [cidade-sede do Tribunal Constitucional]”. E, a partir daqui, concluem: “as opiniões dividem-se: para alguns, o TC alemão aceitará qualquer justificação, desde que plausível; para outros, o TC alemão não aceitará nenhuma justificação, ainda que plausível”.

Só um solução diplomática permitirá, diz Nuno Antunes, que a independência de atuação do BCE escape a danos. Mas mesmo nessa situação, “se o quadro normativo se mantiver inalterado, não é seguro que a independência do BCE seja de ora em diante perspetivada da mesma forma, pois haverá sempre o ‘risco’ da sua atuação ser alvo de escrutínio pelo TC de um qualquer Estado-membro”. ■

OPINIÃO



JOÃO LEITÃO FIGUEIREDO
Advogado da CMS-RPA

As lições que não deveremos esquecer...

O

fim do estado de emergência fez renascer a esperança de retorno à normalidade possível. Multiplicam-se as aguardadas notícias de que estamos a vencer, em conjunto, a batalha contra a pandemia. Assistimos, a cada dia, ao aumento da atividade social e económica. Pesem embora as boas notícias, vão-se multiplicando de forma persistente as referências à utilização de mecanismos de monitorização digital da população.

A Europa acolheu de forma sobranceira os relatos relativos às medidas implementadas na China, Coreia do Sul ou em Singapura. A distância cultural, física e no caso da China, política, fizeram-nos duvidar que as mesmas pudessem chegar à Europa e desvalorizar na nossa vida em sociedade. Contudo e de forma inexorável a implementação de medidas análogas na Europa surgiu pela primeira vez em março, na Polónia, tendo-se seguido a Alemanha, a Áustria e a Noruega.

França, historicamente resistente à implementação de medidas restritivas dos direitos fundamentais, parece ter também aderido ao movimento, quando o Presidente Emmanuel Macron anunciou estar ponderar a implementação de uma aplicação para localizar pessoas infetadas, controlando os seus movimentos e alertando os restantes da sua proximidade.

Em Portugal, o primeiro-ministro, António Costa, admitiu, em recente entrevista, a possibilidade da Direção-Geral da Saúde ter acesso a uma ferramenta de identificação de contactos (contact tracing). Subsequentemente, a Fundação para a Ciência e Tecnologia apresentou o projeto “monitor4COVID19”, o qual constitui uma aplicação para telemóvel que permitirá o envio de alertas caso um indivíduo tenha estado em contacto com alguém infetado com a Covid-19. À semelhança da pandemia, as tec-



Remo Casilli/Reuters

nologias de controlo digital da população parecem mesmo ter vindo para ficar.

O Comité Europeu para a Proteção de Dados tem vindo a desempenhar uma importante tarefa ao definir os critérios que deverão presidir ao desenvolvimento e funcionamento das ferramentas de monitorização digital. Na sua orientação de abril de 2020, realçou o facto de todas as tecnologias possuírem limitações técnicas e funcionais intrínsecas, motivo pelo qual deverão ser sempre consideradas como meios auxiliares e não soluções em si mesmo. Sublinhou, ainda, que não deverá ser necessário escolher entre uma resposta eficiente à crise atual e a proteção dos direitos fundamentais, pois ambos poderão ser alcançados.

As opções que o Governo terá de efetuar afetarão seguramente a vida em sociedade de forma persistente e duradoura. Deverão ser observados, de forma rigorosa e competente, os riscos resultantes da implementação de tecnologias que recolhem dados pessoais de forma massiva e permanente. Igualmente deverão ser implementados os mecanismos técnicos e organizativos necessários à adequada proteção da privacidade e da re-

serva da vida privada dos portugueses. A privacidade é essencial para garantir a confiança. E as medidas deverão privilegiar a capacitação no combate ao contexto pandémico, em detrimento do controlo, estigmatização ou repressão.

A polémica referente à medição da temperatura dos trabalhadores, que tem vindo a opor Governo e CNPD, deverá constituir um importante alerta para a necessidade de não se cometerem erros e se privilegiarem soluções concertadas. Em momento algum nos poderemos abstrair de que a utilização de tecnologias de monitorização, conquanto importantes para controlo da propagação do vírus, potencia a erosão dos direitos fundamentais e propicia a criação de condições funcionais para um efetivo controlo permanente da população.

O dilema exposto por George Orwell na sua obra distópica 1984 parece, hoje, mais atual que nunca. Abraçaremos a visão utópica de que as tecnologias apenas nos vão permitir viver melhor e responder às ameaças que enfrentamos ou, ao invés, consideraremos que constituirão elementos da “arquitetura de opressão” nas palavras de Edward Snowden. ■

BREVES

RECURSOS HUMANOS ABREU PROMOVE A SÓCIOS TRÊS ADVOGADOS

A Abreu Advogados conta com três novos sócios contratados: Hugo Teixeira, Pedro Alves da Silva e Ana Flor. Renata Silva Alves foi promovida, por seu turno, a advogada principal. A sociedade anunciou ainda a promoção a associadas coordenadoras de Maria Cunha e Costa e Maria Carlos Estevam. Isabel Pinheiro Torres, Telma Varelas, Joana Monteiro de Oliveira, Ricardo Monteiro, Petra Camacho, Mariana Duarte, Miriam Costa e Tatiana Pontes são novos associados sénior. ■

PRÉMIO CMVM DISTINGUE DIOGO PESSOA E VÁLTER GOUVEIA

O Prémio José Luís Sapateiro de 2019, da CMVM, foi atribuído, ex-aequo, aos trabalhos de natureza jurídica “Das ações preferenciais sem direito de voto / Os aspetos críticos de um regime imperativo-rígido”, de Diogo Pessoa, e “O alcance extraterritorial das normas de governo de produto”, de Válder Gouveia. Diogo Pessoa é assistente convidado na Universidade Católica e Válder Gouveia é advogado da Linklaters em Lisboa. ■

RECURSOS HUMANOS DLA PIPER CONTA COM NOVO SÓCIO EM LISBOA

O escritório de Lisboa da DLA Piper conta com um novo sócio, Gonçalo Castro Ribeiro, que integra o departamento de societário e financeiro desta sociedade multinacional. Gonçalo Castro Ribeiro, tem estado envolvido no apoio a operações transnacionais de fusão e aquisição e em questões regulamentares envolvendo instituições financeiras, bem como em operações de ‘project finance’, nomeadamente no apoio a empresas de ‘private equity’. ■

EMPRESAS

BANCA

Covid já tirou 60 milhões aos lucros da Caixa

O banco liderado por Paulo Macedo registou uma quebra dos lucros de mais de 30% nos primeiros três meses do ano, num período em que o banco já se começou a preparar para enfrentar possíveis perdas provocadas pela pandemia.

RITA ATALAIÁ

ritaatalaia@negocios.pt

A pandemia parou o país e teve forte impacto nos resultados das empresas. Na banca não tem sido diferente. Os lucros da Caixa Geral de Depósitos (CGD) caíram nos primeiros três meses do ano, depois de o banco estatal ter avançado com um reforço das suas imparidades. O objetivo é fazer face a possíveis perdas, num período em que se prevê um aumento do crédito malparado. Este valor ainda deverá aumentar, mas Paulo Macedo não avança previsões. Antes, é preciso perceber como é que será a retoma da economia.

O banco estatal registou um lucro de 86,2 milhões de euros até março, o que representa uma queda de 32% face ao mesmo período do ano passado, quando o banco lucrava 126 milhões de euros. Este resultado, explicou o banco esta quarta-feira, incluiu o “reforço da imparidade de crédito e provisão para garantias bancárias no montante de 60 milhões de euros em antecipação dos efeitos expectáveis da crise económica”. Sem este impacto, garantiu Paulo Macedo, presidente da CGD, na conferência de imprensa de resultados, os lucros teriam “ficado em linha” ou “ligeiramente acima” do que foi registado em março de 2019.

De acordo com a Caixa, “o resultado reflete os primeiros impactos económicos resultantes da pandemia covid-19 que se começaram a sentir apenas na segunda quinzena de março”, num período em que, explicou Macedo, o vírus “se repercutiu em termos de consumo”, no-



Não podemos estabilizar o valor das imparidades enquanto não houver uma melhor perceção sobre o futuro.

PAULO MACEDO

CEO da Caixa Geral de Depósitos

meadamente a nível dos levantamentos, transações ouidas aos balcões, quer por parte das empresas, quer de particulares. No setor da restauração, hotelaria ou aviação, as quebras nos pagamentos variaram entre 70% e 90%. “Só os supermercados registaram um crescimento”, referiu.

Agora, é preciso estar atento à próxima fase. “Teremos de acautelar um choque na procura”, numa segunda fase desta pandemia que vai “depende do consumo das pessoas”, alertou Paulo Macedo, notando que as medidas que foram adotadas a nível europeu, mas também nacional, “conseguiram evitar uma quebra no rendimento disponível”, mas que é preciso fazer mais.

Nos primeiros três meses do ano, o banco estatal assistiu a uma queda da margem financeira. Esta recuou 20,6 milhões de euros, ou seja, menos 7,3% face ao período homólogo, “dada a atual conjuntura de taxas de juro, e particularmente os elevados reembolsos antecipados de crédito por parte de entidades públicas ocorridos em 2019, dado o baixo custo de finan-

ciamento do Estado”, explicou a Caixa. Já as comissões registaram um aumento de 2,3 milhões de euros, mais 1,9% face ao período homólogo. Em sentido inverso seguiram os outros resultados de exploração, que diminuíram 29,4 milhões de euros.

Quanto aos custos de estrutura, estes totalizaram 271,4 milhões de euros, o que se traduziu numa redução de 1,4% face a março de 2019. Já a qualidade dos ativos manteve, segundo a Caixa, a “tendência de melhoria”. Uma evolução positiva que será agora travada pelo impacto da pandemia no rendimento das famílias e empresas.

Mais imparidades?

Aos 60 milhões de euros, deverão somar-se mais milhões. Mas Paulo Macedo, presidente da CGD, não avança, por agora, com previsões. Tudo depende do comportamento da economia. “Há as imparidades específicas e há as imparidades coletivas para fazer face ao comportamento da carteira de crédito”. Esta última depende de vários fatores, nomeadamente do cenário macroeconómico, afirmou Macedo aos jornalistas, na conferência de imprensa. “Não podemos estabilizar o valor das imparidades enquanto não houver uma melhor perceção sobre o futuro”, sublinha, garantindo que o nível de cobertura das imparidades do banco é suficiente para cobrir as perdas.

Já foram vários os cenários económicos apresentados. O cenário mais recente foi o da Comissão Europeia, que prevê uma contração do PIB de 6,8%. Já o Fundo Monetário Internacional foi mais pessimista, estimando uma queda de 8%. No Banco de Portugal, foram apresentados dois cenários: um mais ligeiro, em que se projeta uma queda de 3,7%, e um mais adverso, que vai até aos 5,7%. ■



[Resultado] inclui reforço da imparidade de crédito e provisão para garantias bancárias no montante de 60 milhões de euros.

PAULO MACEDO

CEO da Caixa Geral de Depósitos

CGD quer relançar venda no Brasil

Paulo Macedo, presidente executivo da Caixa Geral de Depósitos, quer lançar um novo processo de venda do banco que detém no Brasil. “Todos sabemos a situação que o Brasil atravessa. O que entendemos, e fizemos uma proposta [ao acionista Estado] nesse sentido, é que haveria vantagem de termos a possibilidade de auscultar outras entidades”, revelou Paulo Macedo durante a conferência de apresentação de resultados referentes ao primeiro trimestre.

Na corrida estava o Banco Luso-Brasileiro, do grupo Amorim, o Banco ABC Brasil e o fundo Artesia. A venda do Banco Caixa Geral no Brasil “é um dos objetivos do plano estratégico”, lembrou o gestor. Ainda assim, garantiu que a Direção-Geral da Concorrência europeia “percebe muito bem que a Caixa não está numa situação em que tenha de vender a todo o custo”.

Paulo Macedo, presidente da Caixa

Marilene Alves



Caixa admite prolongar moratória até 12 meses

O banco estatal está disponível para prolongar as moratórias no crédito, para as famílias e empresas mais penalizadas pela pandemia, entre seis e 12 meses.

A Caixa Geral de Depósitos está preparada para prolongar as moratórias no crédito entre seis e 12 meses. A garantia foi feita por Paulo Macedo, presidente do banco estatal, na conferência de imprensa de resultados do primeiro trimestre.

“É importante que a moratória no crédito seja estendida mais seis a 12 meses”, afirmou o gestor no dia em que a Caixa registou uma quebra dos lucros para 86 milhões de euros até março, devido ao reforço das imparidades.

O Estado avançou com uma moratória legal, que se aplica ao crédito à habitação e empréstimos de empresas e que permite adiar o pagamento até setembro deste ano. Esta solução acabou por ser depois complementada por uma iniciativa privada da banca, através da Associação Portuguesa de Bancos (APB), que inclui segundas habitações, mas também crédito ao consumo.

De acordo com o CEO do banco estatal, “seis meses não é minimamente suficiente”, já que a situação económica não deverá melhorar até setembro. E, segundo Macedo, “há disponibilidade do Governo” para o prolongamento desta medida.

Paulo Macedo já tinha sinalizado a vontade do banco estatal em estender esta solução. Foi em abril, no Parlamento, que o presidente da Caixa afirmou “ser necessária uma moratória adicional num cenário médio”, referindo-se às várias projeções que já foram apresentadas pelo Banco de Portugal e pelo Fundo Monetário de Internacional sobre o impacto da pandemia na economia. A moratória públi-

5

MORATÓRIAS

A CGD já aprovou quase 40 mil pedidos de moratória no crédito, num montante que alcança perto de 5 mil milhões de euros.

ca e a da APB permitem que os pagamentos adiados não sejam créditos vencidos.

Caixa aprova quase 5 mil milhões em moratórias

A Caixa Geral de Depósitos já aprovou quase 40 mil pedidos de moratória no crédito, num montante de perto de 5 mil milhões de euros.

De acordo com os números revelados pela Caixa, e que incluem as moratórias do Estado, da APB e da CGD, foram recebidos, ao todo, 54.010 pedidos por parte de clientes particulares e empresas até 11 de maio. Deste total, 47.114 eram elegíveis e já foram aprovados 37.846 pedidos de moratórias. Estes totalizam perto de 4,7 mil milhões de euros. Quanto às linhas de crédito Covid-19, o banco refere que recebeu 7.375 candidaturas, num montante de perto de 1,6 mil milhões de euros. Deste total, 2.440 já foram aprovadas, correspondendo a 734 milhões de euros. ■ RA

NEGÓCIOS INICIATIVAS A INDÚSTRIA EM TEMPO DE PANDEMIA

Ventilador do CEiiA “respira” com eletrónica e metal nacional

A estrutura mecânica veio de Vila do Conde, a placa de controlo de Aveiro e as peças internas da Trofa. Conheça os três fornecedores portugueses que foram “decisivos” para o desenvolvimento e a produção do ventilador Atena, que está a chegar aos hospitais e vai ser exportado para o Brasil.

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

Durante a última crise, com a troika em Portugal, a Exatronic investiu na área industrial em Aveiro para juntar a capacidade de fabrico próprio aos projetos de engenharia, apostando em mercados de nicho e de valor acrescentado e antecipando que a tendência no setor seria o fim da concentração de volumes na Ásia e a criação de redes de produção regionais. Volvidos sete anos, essa flexibilidade produtiva adquirida pela empresa de eletrónica está a ser decisiva

para abordar a nova crise, provocada pela pandemia de covid-19: apenas numa semana conseguiu fornecer a placa principal de controlo para o ventilador Atena.

A “mainboard” da Exatronic, que colabora há cinco anos com o CEiiA – Centro de Engenharia para o Desenvolvimento de Produto, é um dos principais componentes de produção nacional para o equipamento desenvolvido em Matosinhos num prazo recorde de 45 dias, que já tem as primeiras 100 unidades prontas para entregar aos hospitais portugueses. O projeto entra agora na segunda fase, prevendo mais 400 até ao final de maio e o início da internacionalização, com duas encomendas já confirmadas do Brasil.

O fundador e CEO lembra que os documentos técnicos e a lista

de materiais necessários para o fabrico das placas chegaram mesmo antes da Páscoa e a equipa dedicou esse fim de semana alargado ao processo de industrialização, isto é, a preparar tudo para garantir que as séries saem todas iguais. Enquanto aguarda a validação final pelo Infarmed, Nuno Gomes espera que “haja capacidade na indústria portuguesa para tomar esta tecnologia”. E declara que “quer fazer parte disso”. “Disponibilizamo-nos com desapego e não houve preocupação com margens. Lá à frente, se tudo correr bem, queremos fazer parte da exploração comercial do que daqui resultar”, resume o empresário.

A prazo, Miguel Braga sublinha que a ideia do CEiiA é replicar a célula de fabrico e de montagem em parceiros industrializadores



A Friconde está a produzir a estrutura metálica para o ventilador do CEiiA, que é controlado pela “mainboard” da Exatronic.

nacionais e que tem “muito interesse em ajudar os interessados a posicionarem-se no mercado com este produto”, arriscando que “neste momento não há nenhuma indústria em Portugal que não saiba que há esta possibilidade”. Porém, explica que a instituição percebeu logo de início que “o grande desafio não era só – nem principalmente – desenvolver a tecnologia e [que] disponibilizar o código não ia resolver nada”. “A ambição foi colocar ventiladores devidamente preparados, com fiabilidade e segurança para serem utilizados pelos hospitais. Tivemos de assumir essa responsabilidade dentro de casa, até ao final da linha de produção”, acrescenta.

Para cumprir o objetivo de ter uma centena de ventiladores prontos neste prazo inédito – cumpre os testes em humanos na próxima semana no Santo António (Porto) e em Braga –, o Atena contou com três “parceiros críticos” e que foram “decisivos para acelerar o processo”. A equipa de 106 engenheiros do CEiiA fez um “sourcing” muito detalhado para os materiais a serem fornecidos

por empresas localizadas na zona Norte para facilitar a logística. “Temos orgulho nesse efeito replicador do projeto. Trouxemos indústrias que provavelmente encontraram aqui uma reorientação da capacidade produtiva”, completa Miguel Braga, notando que muitos dos produtos importados foram também comprados aos distribuidores portugueses, como a Intersurgical ou os representantes da alemã Festo no país.

Mão ou salvação

Em contrarrelógio para arranjar dez modelos de peças internas para o Atena, foi na Trofa que o CEiiA encontrou o conhecimento técnico e o parque de máquinas para responder num prazo apertado. Alocando duas pessoas ao projeto para prepararem os equipamentos e tratarem da engenharia necessária à volta destes componentes, a Frezite forneceu cerca de mil peças para a primeira centena de ventiladores e vai “continuar a ajudar na produção em série, até não ser mais necessário”, garante Pedro Pacheco.

O diretor-geral salvaguarda



Disponibilizamo-nos com desapego. Lá à frente queremos fazer parte da exploração comercial que resultar.

NUNO GOMES
Fundador e CEO da Exatronic



Vamos continuar a ajudar na produção em série dos ventiladores, até não ser mais necessário.

PEDRO PACHECO
Diretor-geral da Frezite



Temos o conhecimento e os equipamentos rentabilizados para a mecânica do ventilador.

CARLOS BARROS
Engenheiro da Friconde

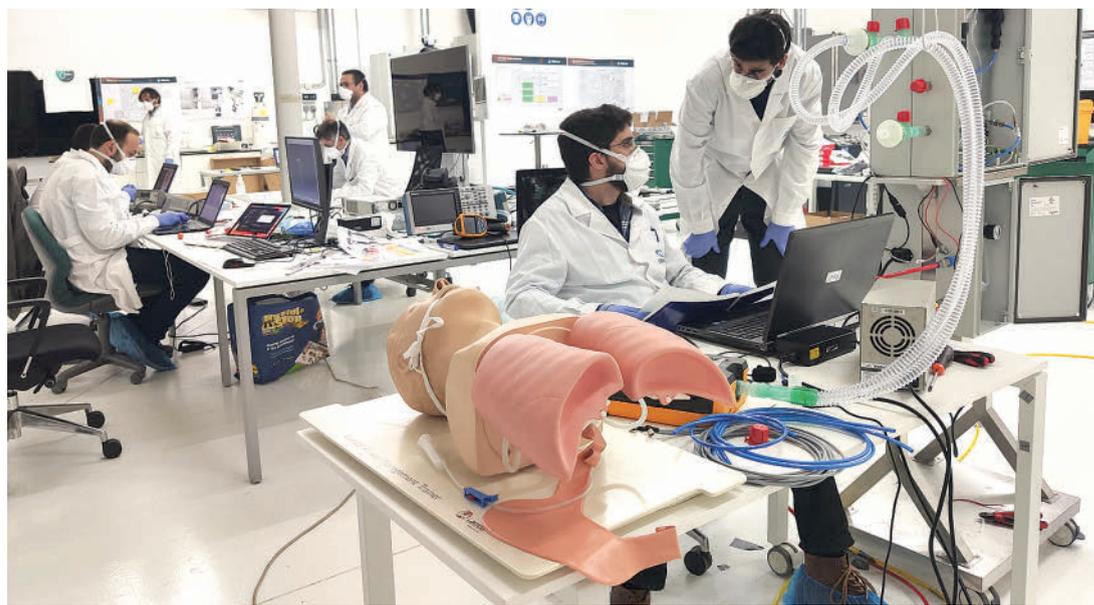
Uma iniciativa do Negócios
em parceria com o IAPMEI



não paramos
ESTAMOS ON
REPUBLICA PORTUGUESA

Saiba mais em eportugal.gov.pt

DR



que a metalomecânica estará “sempre disponível” enquanto o promotor precisar de ajuda, mas não pensa aproveitar esta oportunidade para criar uma nova linha no negócio, que é assegurado pelo setor do mobiliário e da transformação da madeira e pela indústria automóvel e aeronáutica. “Sai fora do nosso portefólio. Não entramos nisto com o intuito lucrativo; foi mais uma questão de emergência nacional e para rapidamente termos os hospitais equipados para nos poder salvar a to-

dos”, assegura o gestor.

Já no caso da Friconde, que viu as encomendas da hotelaria abrandarem até ser forçada a parar a produção e entrar em lay-off, o fornecimento de toda a parte metálica da estrutura base do Atena permite ter seis funcionários no ativo e dar trabalho a outras firmas, como a portuguesa que subcontratou para a pintura e o corte de tubos ou a alemã que reabriu de propósito para fabricar as mil rodas para o ventilador.

De um catálogo de sete mil

produtos, esta empresa de Vila do Conde está quase exclusivamente focada na mecânica do ventilador. Carlos Barros, que soube da oportunidade em conversa com antigos colegas do CEiiA, onde trabalhou até 2018, antevê uma futura fonte de receitas. “Estamos perfeitamente abertos. Não estávamos a pensar nisso, mas neste momento temos o conhecimento e os equipamentos rentabilizados para este produto”, remata o engenheiro de produto. ■

BI Friconde

FUNDAÇÃO: 1987

LOCALIZAÇÃO: Vila do Conde

TRABALHADORES: 35

VOLUME DE NEGÓCIOS: 4,6 milhões de euros

EXPORTAÇÃO: 85%, Espanha é o melhor mercado

ESPECIALIZAÇÃO: equipamentos de refrigeração e em inox para hotelaria

BI Frezite

FUNDAÇÃO: 1978

LOCALIZAÇÃO: Trofa

TRABALHADORES: 520

VOLUME DE NEGÓCIOS: 50 milhões de euros

EXPORTAÇÃO: 80% para o Norte da Europa, Espanha, México e Estados Unidos

ESPECIALIZAÇÃO: fabrico de ferramentas de corte por arranque de avara

BI Exatronic

FUNDAÇÃO: 1995

LOCALIZAÇÃO: Aveiro

TRABALHADORES: 45

VOLUME DE NEGÓCIOS: 2,5 milhões de euros

EXPORTAÇÃO: 15% de forma direta, mas os clientes são fortemente exportadores

ESPECIALIZAÇÃO: desenvolvimento de soluções verticais de eletrónica

PERGUNTAS A MIGUEL BRAGA

Diretor do CEiiA

“Tivemos de mimar os fornecedores. Foi anormal”

O diretor do CEiiA vê “grande oportunidade” na industrialização na área da saúde.

Qual a incorporação nacional neste ventilador?

No início era cerca de 25%, neste momento é 50% e há margem para continuar a aumentar. Mas não era possível desenvolver um ventilador em 45 dias se tivéssemos duas semanas a perceber como poderíamos incorporar mais-valia nacional.

Falta essa especialização?

De facto não existe nada. A industrialização na área da saúde em Portugal é residual. Não é possível que traqueias, válvulas e outras componentes relativamente simples sejam todos fabricados em Estónia, Letónia, Alemanha ou Reino Unido - nem sequer no Oriente. É uma grande oportunidade para algumas empresas reorientarem as suas linhas para produtos e equipamentos de que precisamos e que temos de importar.

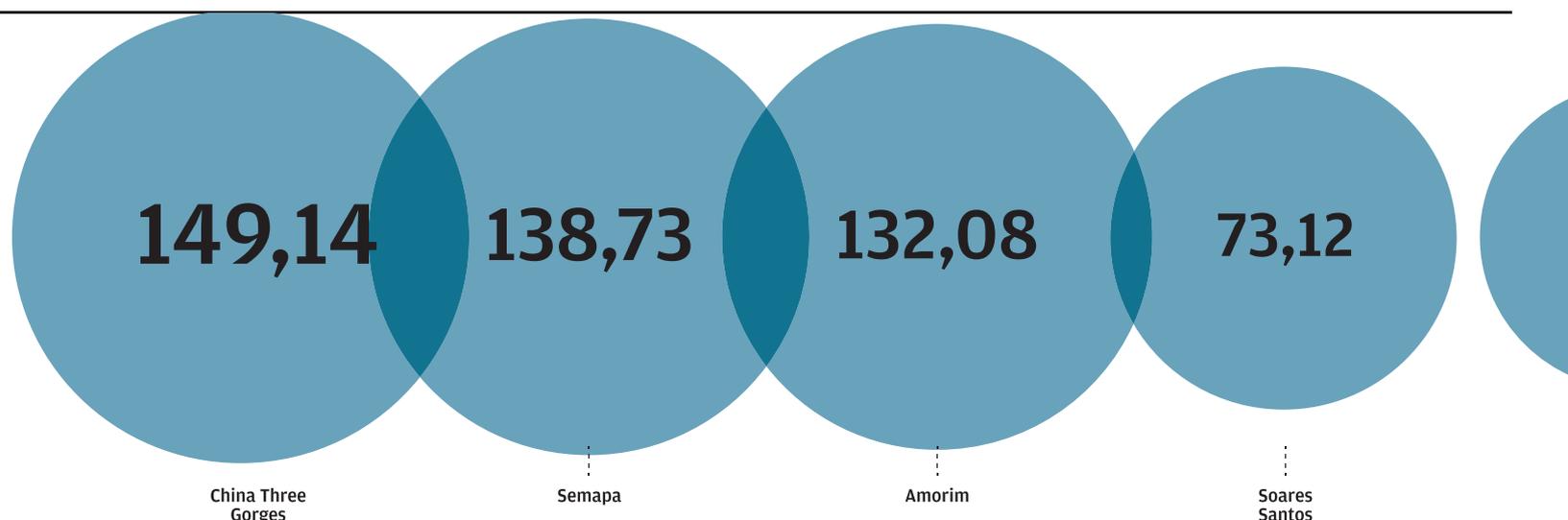
E como foram essas compras no estrangeiro?

Tivemos a ajuda do Governo e da diplomacia - por exemplo, da embaixada na Alemanha - para os componentes decisivos chegarem mais rápido e a tempo para o ventilador. E tivemos de fazer algum charme junto dos fornecedores. Não só pagávamos tudo à cabeça como no processo ainda tínhamos de mimá-los para nos priorizarem nas entregas. Isto é absolutamente anormal. Estou habituado a mimar clientes, mas não fornecedores. ■

MERCADOS

QUEM RECEBE MAIS DIVIDENDOS

O maior acionista da EDP é o que recebe mais dividendos na bolsa portuguesa, seguindo-se o principal acionista da Navigator e da Galp, sendo que a família Amorim também ganha através da Corticeira Amorim. A BlackRock é o primeiro investidor institucional da lista, devido à posições da EDP e Galp.



DIVIDENDOS

37% dos lucros vão para o estrangeiro em dividendos

Os acionistas estrangeiros das cotadas do PSI-20 vão receber pelo menos 1,19 mil milhões de euros em dividendos, o que representa mais de metade do total que vai ser distribuído e mais de um terço dos lucros. Os investidores da China e dos EUA são os que recebem mais.

NUNO CARREGUEIRO

nc@negocios.pt

RÚBEN SARMENTO

Infografia

PSI-20 vá para o estrangeiro através do pagamento de dividendos.

As 18 cotadas do PSI-20 registaram lucros de 3,25 mil milhões de euros em 2019, uma queda de 6% face ao ano anterior. Deste total, 2,15 mil milhões de euros serão distribuídos aos acionistas através do pagamento de dividendos por parte de 11 empresas. Estes valores traduzem um "payout" de 66% e mostram que as cotadas portuguesas mantêm uma generosa política de dividendos, apesar das recomendações de prudência deixadas por várias entidades e reguladores devido ao impacto da pandemia da

covid-19 na economia.

Segundo os cálculos do Negócios, são sobretudo os investidores

55%

PESO

Dos 2,15 mil milhões de euros que as cotadas pagam em dividendos, mais de metade é para acionistas estrangeiros.

estrangeiros que vão tirar partido desta política de dividendos generosa. Vão receber pelo menos 1,19 mil milhões de euros das cotadas portuguesas do PSI-20, o que representa 55% do total que vai ser pago e 37% de todos os lucros gerados pelas companhias do PSI-20. Este valor peca por defeito uma vez que nem todas as cotadas identificam a nacionalidade dos seus acionistas, pelo que o dinheiro que sairá dos balanços das empresas portuguesas para o exterior será ainda mais elevado.

Já os acionistas portugueses recebem pelo menos 674 milhões de

euros (31% dos dividendos e 21% dos lucros). Para efetuar esta análise, o Negócios identificou as participações qualificadas (acima de 2%) das cotadas e os dados da distribuição geográfica dos acionistas, o que é revelado por algumas empresas (apenas Galp, EDP e Navigator o fazem). Daí que não tenha sido possível identificar o destino de 283 milhões de euros em dividendos (13% do total e 9% dos lucros). Foram tidos em conta os dividendos de 11 cotadas, sendo que em cinco casos ainda não foram aprovados em assembleia-geral. Algumas empresas admitiram es-

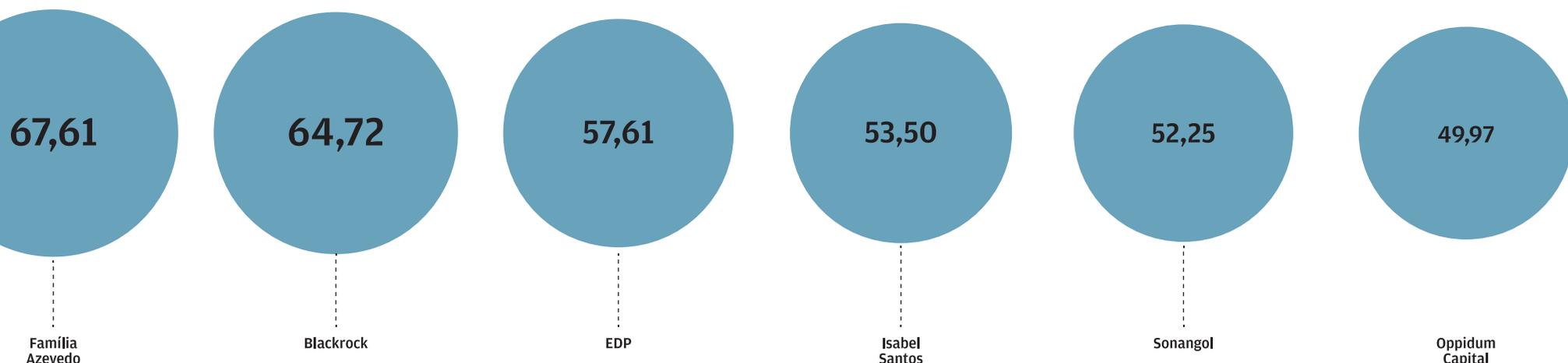
LUCROS 2020

3254,9

DIVIDENDOS 2020

2150,4

REPARTIÇÃO



tar ainda a estudar se mantêm as propostas iniciais e podem seguir o exemplo da Jerónimo Martins, que ontem cortou a remuneração em 40%. Vai pagar 130,1 milhões de euros, um “payout” de 30%, dando a cada ação 20,7 cêntimos, em vez dos 34,5 cêntimos propostos anteriormente.

O peso da EDP e da Galp

Estas conclusões do destino dos dividendos do PSI-20 devem-se sobretudo a duas empresas. A EDP e a Galp Energia vão pagar aos acionistas mais de 1,2 mil milhões de euros (quase 60% do total das 11 empresas). Ambas, com um “payout” acima de 100%, mantiveram o dividendo que tinham prometido aos investidores, cujo peso dos estrangeiros é muito forte.

Na elétrica liderada por António Mexia, apenas 9% dos dividendos vão ficar em Portugal, enquanto na petrolífera o peso é superior (26%) devido à posição da família Amorim no capital da companhia. A Galp e a EDP obtiveram um lucro conjunto de 1.070 milhões de euros e só para os acionistas estrangeiros vão 1.060 milhões de euros. A estrutura acionista destas

duas empresas também explica porque são os Estados Unidos e a China os países estrangeiros que recebem mais dividendos das cotadas portuguesas. Vários fundos norte-americanos são há vários anos acionistas de referência da Galp e da EDP (a BlackRock e o Capital Group têm participações qualificadas nas duas companhias), sendo que os investidores norte-americanos vão receber no total perto de 280 milhões. Já os investidores chineses vão receber 178 milhões de euros, sendo que este valor se deve sobretudo à China Three Gorges, que é o maior acionista da EDP e que recebe a partir desta quinta-feira, 14 de maio, um cheque de 149 milhões de euros.

A empresa estatal chinesa é mesmo o acionista que recebe o montante mais elevado em dividendos, seguindo-se a Semapa, que encaixa 139 milhões devido à posição de 70% que tem na Navigator. As famílias Amorim (Galp e Corticeira Amorim), Soares dos Santos (Jerónimo Martins) e Azevedo (Sonae e Nos) seguem nesta lista, que no top 10 integra apenas um fundo (BlackRock) e dois investidores angolanos. ■

CTG sobe encaixe na EDP para 1,34 mil milhões após cheque mais curto

A EDP paga a partir desta quinta-feira, 14 de maio, o dividendo anual de 19 cêntimos por ação, sendo que para o seu maior acionista, a China Three Gorges (CTG), segue este ano um cheque mais curto. A empresa estatal chinesa vai receber 149 milhões de euros, fruto da posição de 21,47% que detém no capital da elétrica portuguesa.

Em 2019, a CTG encaixou 161,5 milhões de euros com dividendos da EDP, mas a companhia chinesa alienou 1,8% do capital da companhia portuguesa em fevereiro, o que explica a descida da remuneração acionista. A venda desta posição, efetuada numa operação em bolsa a 26 de fevereiro, gerou um encaixe de 293 milhões de euros. As ações foram alienadas a 4,45 euros cada, um preço que se situa cerca de 14% acima da atual cotação da elétrica e quase 30% acima do va-

lor (3,45 euros por ação) que os chineses pagaram em 2011 para vencer o processo de privatização.

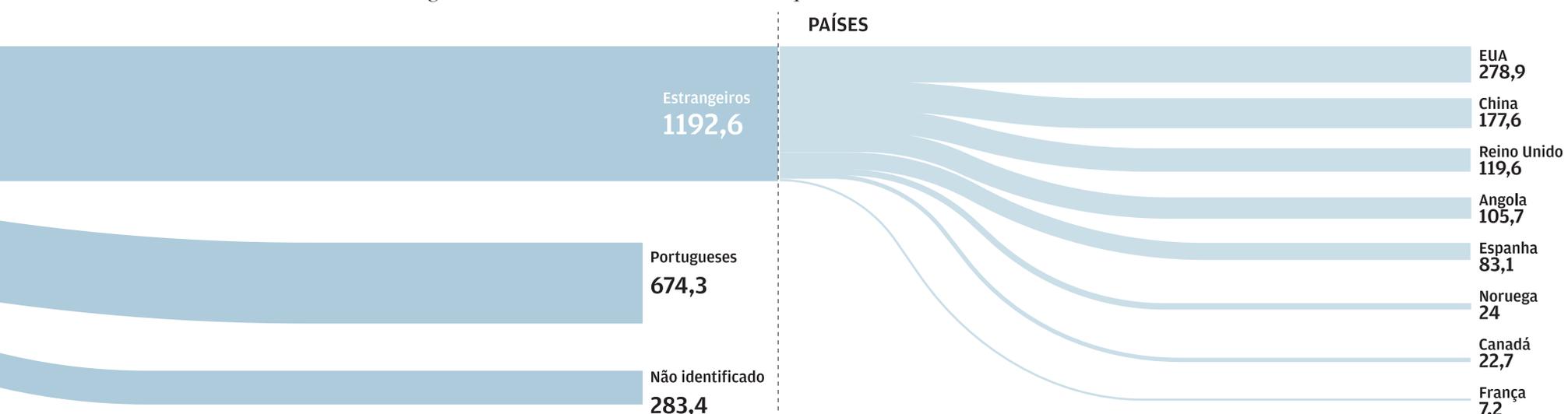
Com o encaixe deste ano, a CTG eleva a verba que já encaixou em dividendos da EDP para 1,34 mil milhões. Um montante recebido ao longo de nove anos e que representa cerca de 46% do investimento total de 2,9 mil milhões que os chineses efetuaram na EDP (privatização em 2011 e reforço em 2017).

Em 2019 a companhia estatal chinesa fracassou na intenção de controlar a maioria do capital da EDP depois de ter falhado na OPA. Continua ainda assim a ser o maior acionista, através dum investimento que regista uma rentabilidade anual com dividendos na ordem dos 5%. O retorno deverá prosseguir, uma vez que o CEO António Mexia já garantiu que apesar da pandemia da covid-19 as metas de resultados e a

política de remuneração aos acionistas não serão alteradas.

No total, a EDP paga a partir de hoje 695 milhões de euros em dividendos, pelo que há mais acionistas a receber montantes consideráveis. Os espanhóis da Oppidum Capital recebem 50 milhões de euros, devido à remuneração dos 7,19% que detêm na EDP. Seguem-se quatro fundos norte-americanos: a BlackRock (31 milhões), a Alliance Bernstein (20,4 milhões de euros), a State Street (18 milhões de euros) e Paul Elliott. O fundo-abutre que ajudou a agitar a EDP depois da OPA da CTG encaixa 17 milhões. Para acionistas portugueses vão apenas 62 milhões de euros (9% do capital), sendo que o Fundo de Pensões do Grupo BCP recebe pouco mais de 14 milhões de euros. ■

NUNO CARREGUEIRO



Fonte: Sites das empresas e Negócios. Notas: Valores em milhões de euros. Para calcular o valor dos dividendos, o Negócios considerou todas as remunerações referentes ao exercício de 2019, incluindo as que já foram pagas no ano passado (Galp Energia) e as que resultaram de distribuição de reservas (Navigator e Corticeira Amorim). Foram consideradas todas as propostas, mesmo as que ainda não foram aprovadas em AG. No caso da Nos, foi excluída metade da posição da Zopt devido ao caso Luanda Leaks. Para encontrar as posições detidas por acionistas estrangeiros, o Negócios analisou todas as participações qualificadas (acima de 2%) e a distribuição geográfica completa do capital que é revelada pela EDP, Galp Energia e Navigator.

AÇÕES NACIONAIS

PSI-20

Empresa	Data cot.	Última cot.	Var.%	Valor neg.	Var.% a 12M
Altri	5/13/2020	4.268	-6.81	3,726,941	-31.77
BCP	5/13/2020	0.089	-4.00	6,654,366	-63.87
Corticeira Amorim	5/13/2020	8.600	-3.91	418,623	-14.37
CTT	5/13/2020	1.938	-3.10	1,666,280	-14.85
EDP	5/13/2020	3.963	1.75	46,042,720	25.53
EDP Renováveis	5/13/2020	11.560	1.05	5,875,041	33.80
Galp Energia	5/13/2020	9.718	-2.92	30,101,100	-29.12
Ibersol	5/13/2020	3.840	-6.34	98,604	-52.48
Jerónimo Martins	5/13/2020	15.705	-0.29	18,386,430	16.08
Mota-Engil	5/13/2020	1.034	-4.44	1,369,083	-49.41
Navigator	5/13/2020	2.096	-5.50	3,956,951	-36.75
Nos	5/13/2020	3.146	-3.02	4,900,612	-45.00
Pharol	5/13/2020	0.066	-1.19	140,262	-57.50
Novabase	5/13/2020	2.710	-0.37	42,236	13.46
REN	5/13/2020	2.510	2.66	5,681,050	-1.38
Semapa	5/13/2020	8.020	-5.09	815,492	-38.78
Sonae Capital	5/13/2020	0.416	-6.52	85,509	-52.18
Sonae SGPS	5/13/2020	0.623	-6.74	2,760,844	-32.61

MELHORES DESEMPENHOS

	Variação
REN	2.66
EDP	1.75
EDP Renováveis	1.05
Jerónimo Martins	-0.29
Pharol	-1.19

PIORES DESEMPENHOS

	Variação
Altri	-6.81
Sonae	-6.74
Sonae Capital	-6.52
Ibersol	-6.34
Navigator	-5.50

RESUMO DA SESSÃO

	PSI-20
Cotação de fecho	4,077.15
Máximo diário	4,133.54
Mínimo diário	4,072.16
Ações negociadas	68.47
Valor negociado	96.45

MAIS NEGOCIADAS

	Valor transacionado
EDP	46,042,720
Galp Energia	30,101,100
Jerónimo Martins	18,386,430
BCP	6,654,366
EDP Renováveis	5,875,041

-1,81%

Bolsa resvala quase 2%
O índice PSI-20 desvalorizou perto de 2%, a acompanhar a tendência negativa registada pelas congéneres europeias.

OUTRAS EMPRESAS DO PSI GERAL

Empresa	Data cot.	Última cot.	Var.%	Valor neg.	Var.% a 12M
Cofina	5/13/2020	0.267	-8.56	20804.80	-46.23
Estoril Sol	05-05-2020	7.100	0.00	269.80	-32.38
Flexdeal	4/28/2020	4.820	0.00	1788.22	-2.63
F.C. Porto	5/13/2020	0.800	14.29	480.00	17.65
Glantt	5/13/2020	0.124	-9.49	1275.75	-32.97
Media Capital	3/20/2020	-	-	-	-
Grão-Pará	3/17/2020	-	-	-	-
Impresa	5/13/2020	0.131	-2.24	8734.98	-26.82
Inapa	5/13/2020	0.033	0.00	3483.56	-54.79
Lisgráfica	5/13/2020	0.007	-18.75	176.13	-18.75
Martifer	5/13/2020	0.380	1.60	8671.16	-18.28
Merlin	5/13/2020	7.100	-3.14	16982.50	-
Ramada	5/13/2020	3.700	-3.65	55266.24	-52.20
Reditus	05-12-2020	0.070	0.00	0.70	-1.41
Orey Antunes	05-04-2020	0.110	0.00	33.00	-63.58
Sonae Indústria	5/13/2020	0.580	0.00	6953.24	-52.46
Sonacom	5/13/2020	1.500	-7.41	153467.30	-38.78
SL Benfica	5/13/2020	2.830	-0.70	7632.15	-3.41
Sporting CP	05-12-2020	0.725	0.00	72.50	3.57
Teixeira Duarte	5/13/2020	0.109	0.00	17851.33	-15.50
Salvador Caetano	5/13/2020	2.780	0.00	5570.04	-2.11
Vista Alegre Atlantis	5/13/2020	0.950	0.00	15187.20	-32.14
Raize	5/13/2020	0.690	-1.43	651.36	-42.98

MERCADOS INTERNACIONAIS

EURO STOXX 50

Empresa	Últ Cot.	Var.%	Var.%12M
Adidas	198.15	-3.01	-19.39
Air Liquide Sa	114.7	-1.42	11.36
Airbus	49.6	-3.16	-57.06
Allianz	147.38	-2.59	-25.13
Amadeus IT	37.4	-2.91	-42.97
AB InBev	37	-4.73	-49.49
ASML	274	-1.93	60.23
AXA	15.53	-2.29	-29.26
BBVA	2.541	-4.55	-49.00
Banco Santander	1.8736	-4.14	-53.90
BASF	42.92	-4.77	-32.03
Bayer	57.42	-1.71	1.68
BMW	48.73	-4.19	-28.40
BNP Paribas	26.5	-4.74	-40.82
CRH	25.77	-1.53	-8.13
Daimler Ag	28.62	-6.46	-45.09
Danone	62.36	-1.05	-10.51
Deutsche Boerse	148.7	-0.77	26.02
Deutsche Post-Rg	26.97	-2.14	-4.80
Deutsche Telekom	13.515	-1.71	-7.68
Enel	6.03	-1.87	9.50
Engie	9.172	-1.80	-28.48
ENI	8.525	-2.17	-40.89
Essilor	108.7	-4.27	-1.50
Fresenius	39.58	-3.32	-19.14
Iberdrola	8.694	-0.59	7.84
Inditex	23.54	-3.25	-4.91
ING Groep	4.7885	-5.38	-53.22
Intesa Sanpaolo	1.3936	-1.91	-34.20
Kering	422.3	-3.13	-13.99
Ahold	23.1	-2.86	12.38
Philips	39.305	-0.63	9.94
L'Oreal	245.4	-3.12	4.12
Linde	165.8	-2.87	4.38
LVMH	335.05	-3.40	3.49
Munich Re	182.65	-2.90	-12.36
Nokia	3.229	-3.15	-24.40
Orange	10.4	-2.53	-23.08
Safran	75.5	-2.30	-37.19
Sanofi	89.49	-1.67	22.66
SAP	106	-0.80	-3.55
Schneider	80.18	-1.45	14.51
Siemens	86.1	-2.00	-17.83
Soc. Generale	12.09	-4.76	-52.61
Telefonica	4.181	-3.20	-40.48
Total	31.09	-3.79	-33.66
Unilever	45.45	-0.92	-14.89
Vinci	73.26	-3.61	-13.89
Vivendi	19.33	-3.74	-21.49
Volkswagen	119.76	-5.83	-18.83

MELHORES DESEMPENHOS

	Variação %
Iberdrola	-0.59
Philips	-0.63
SAP	-0.80
Unilever	-0.92
Danone	-1.05

Razia no índice de referência europeu
Nenhuma das 50 cotadas que compõem o índice de referência europeu Stoxx 50 fechou a valorizar.

PIORES DESEMPENHOS

	Variação %
Unibail-Rodamco	-8.03
Daimler Ag	-6.46
Volkswagen	-5.83
ING Groep	-5.38
BASF	-4.77

Exportadoras lideram descidas
As companhias com maior atividade exportadora, como as fabricantes automóveis, afundaram.

Euro Stoxx 50

2810,6

O Stoxx 50 fechou a cair mais de 2,5%, esta quarta-feira.

ÍNDICES BOLSISTAS

	Últ Cot.	Var.%	Var.%12M
PSI-20	4,077.15	-1.81	-19.59
Stoxx600	333.97	-1.94	-10.36
Ibex-35	6,631.40	-1.94	-26.70
DAX	10,542.66	-2.56	-11.23
FTSE	5,904.05	-1.51	-17.58
CAC	4,344.95	-2.85	-17.44
FTSE/MIB	17,183.44	-2.14	-16.56
Dow Jones	23,234.81	-2.23	-8.25
Nasdaq Composite	8,799.04	-2.26	15.06
S&P500	2,810.46	-2.08	-0.05
Nikkei 225	20,267.05	-0.49	-4.36
CSI 300	3,968.25	0.20	8.16

Nota: Os índices norte-americanos são retirados às 18 horas de Lisboa

IBEX 35

Empresa	Últ Cot.	Var.%	Var.%12M
Inditex	23.54	-3.25	-4.91
Banco Santander	1.8736	-4.14	-53.90
Iberdrola	8.694	-0.59	7.84
Bbva	2.541	-4.55	-49.00
Amadeus	37.4	-2.91	-42.97
Telefonica	4.181	-3.20	-40.48
Aena	102	-2.49	-37.69
Endesa	20.72	0.78	-7.46
Repsol	8.07	-3.45	-43.21
Naturgy Energy	16.665	1.74	-36.39
Ferrovial	23.78	0.38	16.91
Grifols	29.5	-0.81	28.43
Caixabank	1.555	-4.54	-43.08
Cellnex Telecom	52.36	0.54	95.37
Arcelormittal	7.506	-7.94	-51.32
Intl Cons Airlin	1.965	-4.84	-63.71
Acs	23.36	-2.05	-37.00
Siemens Gamesa	13.76	-0.58	-4.18
Red Electrica	16.335	2.83	-15.47
Mapfre	1.55	-2.39	-39.83
Enagas	21.72	3.04	-14.29
Merlin Propertie	7.005	-3.25	-42.01
Banco Sabadell	0.2873	-7.89	-71.64
Inmobiliaria	7.75	1.31	-20.10
Bankinter	3.398	-2.86	-49.46
Bankia	0.8396	-3.85	-63.43
Acciona	85.75	-0.87	-10.30
Acerinox	6.09	-5.87	-23.97
Cie Automotive	13.91	-2.93	-43.46
Masmovil Ibercom	17.06	4.28	-16.17
Viscofan	59.1	-1.99	21.01
Melia Hotels Int	3.3	-7.77	-59.16
Indra Sistemas	7.015	-3.24	-25.57
Mediaset Espana	3.3	0.00	-51.58
Ence Energia	2.813	-0.42	-32.35

FUNDOS

Fundo	Últ. valor	Moeda
Ethna-AKTIV A	126,66	EUR
Ethna-AKTIV T	133,09	EUR
Ethna-DEFENSIV R-A	87,72	EUR
Ethna-DEFENSIV R-T	99,31	EUR
Ethna-DYNAMISCH R-A	99,84	EUR
Ethna-DYNAMISCH R-T	98,5	EUR

MATÉRIAS-PRIMAS

	Últ Cot.	Var.%	Var.%12M
Brent Crude	29.52	-1.53	-57.97
WTI Crude	25.52	-1.01	-58.19
Ouro	1715.1	0.49	31.75
Prata	15.715	0.18	6.81
Paladium	1789	-2.53	35.86
Cobre	5231	0.04	-14.37
Alumínio	1444	-1.42	-18.75
Trigo	521.75	-0.57	24.52
Açúcar	10.2	-0.49	-13.85
Café	104.2	-1.33	18.07
Milho	320.25	-1.08	-7.84
Soja	838.75	-1.24	6.04

Cotações em dólares dos contratos futuros de referência

MERCADO CAMBIAL

	Últ Cot.	Var. PB	Var.12M
Euro / Dólar EUA	1.0826	-0.20	-3.53
Libra / Dólar EUA	1.222	-0.33	-5.70
Dólar / Iene Japão	107	0.13	2.15
Dólar / Yuan China	7.1121	-0.08	-2.81
Euro / Libra	0.88594	-0.13	-2.25
Euro / Iene Japão	115.84	0.33	5.90
Euro / Real Brasil	6.4195	-0.55	-30.18
Euro / Franco Suíço	1.05196	-0.02	7.36
Euro / Zloty Polónia	4.5683	-0.06	-5.76
Euro / Yuan China	7.6995	0.12	0.74
Euro / Kwana Angola	596.1336	-0.26	-38.85

DÍVIDA SOBERANA

	Últ Cot.	Var. PB	Var.12M
Obrigações alemãs	-0.53	-2.50	-46.00
Obrigações dos EUA	0.6363	-2.88	-176.52
Obrigações espanholas	0.735	-5.30	-25.60
Obrigações italianas	1.802	-8.80	-89.80
Obrigações portuguesas	0.839	-7.90	-31.70
Obrigações gregas	2.102	-6.20	-146.00

Nota: Dívida a 10 anos
Variações em pontos base

VEJA AS COTAÇÕES EM WWW.NEGOCIOS.PT



Aceda à página de cotações no site do Negócios

OPINIÃO

A COR DO
DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Oh, sr. Presidente, descer tão baixo?

O primeiro-ministro meteu-se numa “alha-da” ao dizer que os 850 milhões da garantia pública ao Novo Banco seriam entregues depois de uma auditoria. Se o fizesse, estaria a violar o que ficou acordado na venda à Lone Star. Daí o imbróglia da última semana quando se soube que Mário Centeno fez a transferência sem nada dizer (???) ao primeiro-ministro.

O primeiro-ministro não podia suspender a transferência, exceto com o acordo do comprador. A narrativa da auditoria serve apenas para desresponsabilizar politicamente o Governo. Mas ontem ficámos a sa-

ber que, afinal, temos não uma... mas duas narrativas: o Presidente juntou-se ao primeiro-ministro para lembrar que “há uma auditoria que estaria concluída em maio deste ano (...). Para os portugueses não é indiferente cumprir compromissos com o conhecimento exato do que se passou, ou cumprir compromissos e mais tarde vir a saber como se passou”. Concluindo: “O primeiro-ministro esteve muito bem quando disse que o Estado cumpriria as suas responsabilidades, mas naturalmente se conhecesse a conclusão da auditoria.” Ouch! (para Centeno) e palmada nas costas de Costa.

Lamentável! O Presidente é jurista e sabe perfeitamente que o Governo está vinculado pelo que assinou em 2017. Não pela auditoria. Dar razão a Costa é uma irresponsabilidade, tanto mais grave porque Portugal está sob os olhos dos investidores internacionais, a quem não é indiferente saber se o Governo rasga contratos por populismo...

Marcelo quer uma reeleição histórica (embora queira, com Costa, usar o Novo Banco para desviar as atenções da monumental crise que aí vem). E já mostrou que é capaz de tudo para lá chegar. Mas descer tão baixo? ■

RATING DA
REPÚBLICA

PEDRO SANTANA LOPES
Advogado

Tempo de ajudar

Tenho ouvido várias teorias sobre a dúvida quanto à suspensão do combate político durante a emergência e a calamidade que se têm vivido. Pela minha parte, tenho dito e redito que considero que são tempos de unidade nacional. Se não é nestes tempos de ameaça global que há unidade na política, então nunca há. Isso parece-me óbvio, como parece óbvio que o facto de haver unidade não significa duas coisas:

1. Que a unidade ponha a possibilidade e o dever de se discordar, publicamente quando não se concorda e o assunto é muito sério;

2. Que essa atitude de unidade não deva ser recíproca, isto é, da oposição para com o Governo, mas também do Governo para com a oposição.

Exemplos do primeiro caso? Naturalmente, a questão do Primeiro de Maio, e agora a polémica em torno da Festa do Avante, ou ainda o que se passou com a injeção de capital no Novo Banco ou apoios à economia. Não há suspensão da política, nem preocupação com a unidade nacional, que possa impedir as pessoas, à direita, ao centro ou à esquerda, de concordarem ou discordarem. E concordar ou discordar não si-



António Cotrim/Lusa

gnifica que seja só com o Governo, e com o Presidente da República, e com a Assembleia da República. Pode ser também com atitudes de sindicatos, confissões religiosas, de opiniões de comentadores, de atitudes de jornalistas. Ter opinião não passou a ser proibido. Tem é de haver a consciência de que nos devemos ajudar uns aos outros, com educação e elevação, para que sejam encontradas as melhores soluções. Na política europeia e mundial há muito espaço, hoje em dia, para os radicais, para os que gostam de ofender, gritar, de explorar os sentimentos mais básicos, principalmente das pessoas menos

esclarecidas. E esses, normalmente, não têm intervalos nas enormidades que vão dizendo ou fazendo. Por outro lado, a referida reciprocidade no sentimento da preocupação da unidade nacional deve levar o Governo e a oposição a conversarem mais, de modo reservado, do que a debaterem na praça pública. António Costa tem procurado fazê-lo, e Rui Rio, que lidera o maior partido da oposição, tem procurado corresponder.

Na verdade, os tempos, como sabemos, são muito difíceis. Tenho pensado muita vez, que nem a mais difícil das decisões que tive de tomar enquanto primeiro-mi-

nistro – e que talvez tenha sido em política externa – se compara em dificuldade às que têm de ser tomadas, nestas circunstâncias, por quem tem de decidir. Por isso mesmo, respeito muito e dou valor a quem tem de o fazer, aos mais variados níveis, mostrando sangue-frio, capacidade de discernimento, e também de pensar no interesse do país antes de qualquer interesse próprio eleitoral. Em minha opinião, é injusto e indevido julgar e avaliar ministros ou líderes partidários nestas alturas. Ao mesmo tempo, também não atribuo grande significado às sondagens, que dão grande apoio ao Presidente da República e ao Governo, e eventualmente a outros protagonistas. O tempo é ainda de exceção. A política não está suspensa, mas não pode ser como normalmente é. Os limites são diferentes. A política voltará, a pouco e pouco, com o tão esperado e progressivo regresso à normalidade.

O tempo agora é, acima de tudo, de ajudar. É tempo de ajudar quem decide, é tempo de ajudar quem precisa, é tempo de ajudar quem quer ter motivos para sentir esperança. É tempo de ajudar a que o gradual retorno à normalidade corra tão bem quanto possível. É tempo de ajudar a que as decisões dos responsáveis do Estado sejam tão úteis e tão válidas quanto possível. Ao fim e ao cabo é tempo de ajudar a fazer bem e de ajudar a fazer o bem. ■

Coluna semanal à quinta-feira

É tempo de ajudar a que as decisões dos responsáveis do Estado sejam tão úteis e tão válidas quanto possível.

OPINIÃO

A MÃO VISÍVEL

Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com



ÁLVARO NASCIMENTO



JOAQUIM AGUIAR



JORGE MARRÃO



JOSÉ M. BRANDÃO DE BRITO



PAULO CARMONA



CAMILO LOURENÇO

Intrigas palacianas

ÁLVARO NASCIMENTO

Uma crise institucional na União Europeia, entre a Comissão e o Banco Central? Não creio. Mais me parece mais uma intriga palaciana a que nos vão habituando no dia a dia, a esconder problemas de relacionamento mais profundos entre países. À falta de coragem política, as instituições europeias e nacionais esgrimem os limites de poder e de atuação de cada uma dentro das respetivas jurisdições. Entretanto, esquecem-se os fins e as respostas robustas e firmes que são necessárias.

As compras de dívida pública pelo BCE têm sido o expediente usado para resolver o impasse político no que respeita à socialização das perdas entre países. Já foi assim na crise das dívidas soberanas. É assim na atual crise pandémica. A disponibilidade para comprar as obrigações dos Tesouros nacionais mantém as taxas de juro sob controlo. Se os limites forem ge-

nerosos, relativamente aos montantes emitidos, o prémio de risco país é mais ou menos mitigado.

Usada desta forma, a política monetária é simplesmente a outra face da política fiscal, aquilo a que se chama a monetização da dívida. Não havendo aforradores privados para absorver as obrigações do Tesouro, os bancos centrais emitem moeda, por contrapartida dos títulos que adquirem. Atuando como “market-makers”, a taxa de juro é artificial, desligada do risco de incumprimento.

Há razões económicas para que tal artificialidade seja possível. O Banco Central sabe que o Estado tem o poder soberano de taxar os contribuintes e obter os recursos necessários para o reembolso. Neste sentido, a dívida é apenas um veículo de diferimento da tributação. Por outro lado, com prerrogativa para interferir no Banco Central, os governos podem instruir a emissão de moeda (na prática, mais dívida), produzindo inflação e desvalorização (forma alternativa de tributar).

Chegados aqui, duas questões: primeiro, qual a capacidade dos emitentes para tributar as respetivas economias e reembolsar a dívida? Segundo, pode o BCE ser instruído para renovar os empréstimos de quem não pode mais tributar, evitando o incumprimento? Em suma, o problema é apenas político. Porque a moeda é uma expressão de soberania, não há união monetária, sem união política. ■

“O Tribunal de Justiça Europeu tem sempre a última palavra sobre o direito comunitário.”

URSULA VON DER LEYEN
JORNAL DE NEGÓCIOS
9 DE MAIO DE 2020

Medo

PAULO CARMONA

Fará amanhã 10 anos que Portugal está oficialmente em austeridade ou, enfaticamente, num “processo de ajustamento orçamental de eliminação do défice” por aumento dos impostos sobre os portugueses, e diminuição de despesas do Estado, correntes, investimento e cativações cegas. Foi no dia 15 de maio de 2010 que o ministro Teixeira dos Santos apresentou o seu plano de austeridade à Comissão Europeia, com cortes de despesa e aumento dos impostos de IRS, IRC e 1% no IVA. Durante os 10 anos seguintes esses aumentos continuariam.

Para comemorar, o ministro Mário Centeno mostra algum humor quando afirma que está a fazer o contrário da austeridade, ou seja, este ano irá aumentar o défice, generosamente. Primeiro, não tem alternativa. A paragem da atividade económica diminui as receitas

e aumenta as prestações sociais como o subsídio de desemprego ou o RSI. Apesar de o Governo se mostrar bastante avarento no apoio à economia, a pagar lay-off ou apoios o mais tarde possível, e quando poderia aproveitar para pagar aos seus fornecedores a horas, injetando liquidez na economia... Segundo, se aumentar o défice é o contrário de austeridade, então diminuir o défice, o seu feito, é austeridade, certo? Bem ajudado pelo primeiro-ministro, rejeitando austeridade em 2021 como se as contas, de receber sem trabalhar, fossem pagas por milagre e não pelos mesmos de sempre. Bem dizia Marx, primeiro o drama, depois a farsa... E enquanto o Governo diz o que calha e lhe serve, a comunicação social embevecida e acrílica falta ao escrutínio e deita no lixo a objetividade, primeiro dever do jornalismo. Enquanto isso, comentadores de direita complexados, não conseguem fazer uma crítica ao Governo sem procurar defeitos numa direita-zombie.

Temos de ter medo. Não do vírus que conseguimos prevenir, mas do que possa vir aí. Durante cinco anos a culpa de qualquer coisa era de Passos Coelho. Agora a culpa passará a ser da covid-19. Costas largas para alguma incompetência e atropelos à liberdade dos portugueses, à contratação pública no combate à corrupção e ao controlo da economia por um Estado neototalitário com fome de poder e muitas redes de interesses... ■

“Estamos a fazer o contrário da austeridade.”

MÁRIO CENTENO
ECO
12 DE MAIO DE 2020

PROJECT SYNDICATE

© Project Syndicate, 2020
www.project-syndicate.org



JIM O'NEILL

Foi chairman da Goldman Sachs Asset Management e secretário de Estado britânico do Comércio, é presidente da Chatham House.

Ler o mercado covid-19

Apesar de ter estudado os mercados financeiros durante quase 40 anos, considero-os mais desconcertantes, complexos e fascinantes do que nunca. Na altura em que escrevo este texto, o índice bolsista mais amplamente observado, o S&P 500, está a negociar em torno do 2.878 pontos, nível a que encerrou a sessão de 27 de abril (uma segunda-feira). Esse foi o fecho mais elevado em seis semanas, colocando o índice a menos de 15% abaixo do seu máximo histórico, atingido precisamente antes da pandemia de covid-19, e agora cerca de 30% acima do seu mínimo de março.

Este efeito parece estar em contradição com a crescente evidência que mostra que a economia norte-americana está a caminho de uma contração a uma escala que não se via desde a Grande Depressão. Porque estão então as bolsas norte-americanas (e muitas outras) a comportar-se desta forma? Serão os atuais participantes de mercado coletivamente mais inteligentes do que os comentadores dos mercados financeiros, como tão frequentemente se tem visto?

Remontando a janeiro, a perspectiva bastante generalizada era a de que o surto de covid-19 resultaria numa recessão em forma de V (uma acentuada contração, seguida de uma retoma igualmente acentuada) na maioria das economias, porque tinha sido isso que tinha acontecido aquando da síndrome respiratória aguda grave (SARS) e de outras epidemias desde a viragem do século. Quatro meses mais tarde, é seguramente razoável perguntar se os mercados se deixaram cair num estado de esperança irracional, encontrando conforto no pressuposto de que os decisores políticos continuarão a fazer “o que for preciso”.

Embora eu já não me consuma a observar diariamente o comportamento dos mercados, ocasionalmente verifico as formações gráficas, as médias móveis e várias análises técnicas – tais como as que se-

guem a chamada Teoria de Ondas de Elliott. Não é de surpreender que as mais recentes previsões mostrem divisões. Muitas partilham do pessimismo da maioria dos analistas de mercado e estimam que o S&P 500 irá cair até aos 1.600 pontos, o que seria consistente com um colapso económico de vários meses.

No entanto, outros há que estão convictos de que vamos assistir a uma escalada, com o Standard & Poor's 500 a disparar acima dos 4.000 pontos em inícios do próximo ano. Essa projeção otimista antecipa não só uma recessão em V, mas também uma retoma que será ainda mais vigorosa do que a queda. Seguramente, uma tal mudança tão forte no mercado será impossível sem uma vacina contra a covid-19 amplamente disponível, não é?

Francamente, não faço ideia de como responder a tais perguntas – e nem mais ninguém sabe como o fazer (se bem que haja quem finja o contrário). Os mercados tendem a negociar a um nível desconcertante, impulsionados por extremos de ganância máxima e medo máximo. A queda das bolsas em meados de março poderá ter refletido algo próximo do medo máximo (receios ao rubro). Se assim foi, é possível que o atual movimento de mercado já tenha descontado a narrativa pessimista – cada vez mais popular – de que não pode haver uma recessão em V [em que a retoma é tão rápida quanto a queda], mas sim um U profundo [com um período maior de contração económica], um W de início profundo [em que a economia contrai duas vezes antes de recuperar totalmente; ou seja, há uma recuperação seguida de nova recessão] ou até um L prolongado [ocorre quando a economia não volta a crescer durante muitos anos, encaixando naquilo a que se chama de ‘década perdida’; é, pois, uma recessão e ausência de crescimento durante muitos anos – a depressão, propriamente dita].

Final de contas, a mais recente retoma dos mercados acionistas foi sustentada sobretudo pelo setor

tecnológico. Antes da pandemia, muitos assumiram que as empresas tecnológicas estavam a caminho de um acerto de contas sob a forma de uma regulação mais apertada, ações antritrust, etc. Mas agora as tecnologias digitais e as empresas que as disponibilizam estão a ficar mais profundamente incorporadas do que nunca, o que sugere que haverá menos vontade política para uma repressão a esta indústria no pós-pandemia.

Além disso, os países que parecem estar a gerir melhor a covid-19 conseguiram fazê-lo com a ajuda das tecnologias, e o resto do mundo apressa-se agora a tentar replicar o seu sucesso. A chave é implementar testes, fazer acompanhamento e rastreamento de contactos, o que requer uma significativa adaptação tecnológica. O Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido irá quase certamente emergir da crise como

uma organização muito mais dependente da tecnologia do que quando estava a entrar nela.

Da mesma forma, devemos questionar o pressuposto, agora tão popular, de que estamos à beira de uma “desglobalização”. Se for esse o caso, por que motivo estão todos os países a procurar além das suas fronteiras o acesso às novas tecnologias e métodos mais úteis para conter a pandemia? Ou analisemos a busca para se desenvolver uma vacina de combate à covid-19. Estamos a testemunhar um dos episódios mais notáveis de cooperação internacional alguma vez observada no setor farmacêutico.

Certamente, após a pandemia, muitas empresas podem ter receio de depender totalmente de um único país – seja ele qual for – como fonte de inputs-chave. Mas isso não significa que estejamos a entrar numa nova era de autarquia. Quanto mais não seja, as empresas procurarão ainda mais longe para encontrarem formas de ampliar, diversificar e reforçar as suas cadeias de fornecimento.

Enquanto as empresas procurarem satisfazer os consumidores com produtos da melhor qualidade possível, aos preços mais baixos possíveis, a globalização continuará a ser um facto da vida económica do século XXI. Da mesma forma, enquanto as pessoas continuarem interessadas em ver o mundo além da sua comunidade imediata, o turismo e as viagens internacionais continuarão a acompanhar o crescimento do rendimento “per capita”.

É certo que os Estados Unidos e o resto do mundo poderão abordar a transição para a fase de retirada de todas as medidas de confinamento, abrindo caminho para um longo período de turbulência política e de miséria social. O S&P 500 pode muito bem cair para 1.600 pontos. Por outro lado, também pode muito bem não fazer nada disso. ■

Tradução: Carla Pedro

Os mercados tendem a negociar a um nível desconcertante, impulsionados por extremos de ganância máxima e medo máximo.

Estamos a testemunhar um dos episódios mais notáveis de cooperação internacional alguma vez observada no setor farmacêutico.



MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA



MELHOR TÍTULO DE INFORMAÇÃO ECONOMICA



Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98 Tiragem média de Abril: 6.169 exemplares



SA LUÍS AFONSO



ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt



RUI RIO

BREVES

COVID-19 FRONTEIRAS VÃO FICAR FECHADAS

As fronteiras terrestres entre Portugal e Espanha vão continuar encerradas até às 00:00 de 15 de junho devido à pandemia da doença covid-19, segundo a resolução de Conselhos de Ministros que foi ontem publicada em Diário da República. ■

OBRIGACIONISTAS FC PORTO ADIA ASSEMBLEIA

A assembleia-geral de obrigacionistas da FC Porto SAD, marcada para 19 de maio com vista a pedir o adiamento por um ano do pagamento das obrigações, foi adiada para 5 de junho, por falta de quórum constitutivo e decorrerá por “meios telemáticos”. ■

COVID-19 GRANDE COMÉRCIO QUER ABRIR A 18

A Associação Portuguesa de Centros Comerciais (APCC) defende a reabertura das suas lojas já na segunda-feira e não apenas em 1 de junho, conforme previsto, sustentando que podem dar “um contributo fundamental para a retoma” económica. ■

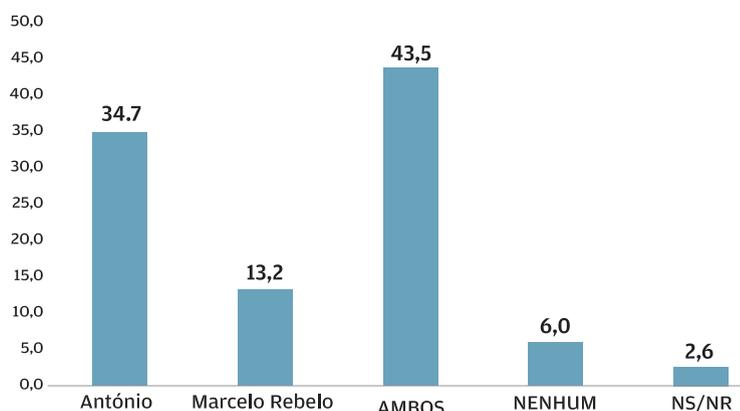
SONDAGEM

Costa melhor que Marcelo na pandemia de covid-19

PRIMEIRO-MINISTRO DESTACA-SE

Valores em percentagem

Os inquiridos pelo barómetro da Intercampus avaliam muito positivamente o papel de António Costa nesta crise sanitária. Ainda assim, 43,5% são da opinião que o primeiro-ministro e Marcelo Rebelo de Sousa estiveram igualmente bem.



Fonte: Intercampus

António Costa tem retirado mais dividendos políticos da crise sanitária desencadeada pela pandemia de covid-19 do que Marcelo Rebelo de Sousa. Este facto é verificável no barómetro de maio da Intercampus realizado para o Negócios, Correio da Manhã e CMTV.

Na resposta à pergunta “Em sua opinião, quem esteve melhor no combate à pandemia do coronavírus, António Costa ou Marcelo Rebelo de Sousa”, o

primeiro-ministro sai claramente beneficiado. Assim, de acordo com 34,7% dos inquiridos, o primeiro-ministro é aquele que tem agido da melhor forma. Em contrapartida, apenas 13,2% apontam Marcelo Rebelo de Sousa como aquele que mais tem estado em destaque, pela positiva, nesta crise.

Apesar da vantagem nítida de António Costa nesta avaliação, é também de sublinhar que 43,5% dos inquiridos consideram que

FICHA TÉCNICA

Objetivo: Sondagem realizada pela INTERCAMPUS para a CMTV, CM e Negócios, com o objetivo de conhecer a opinião dos Portugueses sobre diversos temas da política nacional, incluindo a intenção de voto em eleições legislativas. **Universo:** População portuguesa, com 18 e mais anos de idade, eleitoralmente recenseada, residente em Portugal Continental. **Amostra:** A amostra é constituída por n=620 entrevistas. **Seleção da amostra:** A seleção do lar fez-se através da geração aleatória de números de telefone fixo / móvel. No lar a seleção do respondente foi realizada através do método de quotas de género e idade (3 grupos). Foi elaborada uma matriz de quotas por Região (NUTSII), Género e Idade, com base nos dados do Recenseamento Eleitoral da População Portuguesa (31/12/2016) da Direção Geral da Administração Interna (DGAI). **Recolha da Informação:** A informação foi recolhida através de entrevista telefónica, em total privacidade, através do sistema CATI (Computer Assisted Telephone Interviewing). O questionário foi elaborado pela INTERCAMPUS e posteriormente aprovado pelo cliente. Estiveram envolvidos 14 entrevistadores, devidamente treinados para o efeito, sob a supervisão dos técnicos responsáveis pelo estudo. Os trabalhos de campo decorreram entre 5 e 9 de maio. **Margem de Erro:** O erro máximo de amostragem deste estudo, para um intervalo de confiança de 95%, é de ffl 3,9%. **Taxa de Resposta:** A taxa de resposta obtida neste estudo foi de: 67%.

ambos se comportaram à altura das circunstâncias. Ao invés, uma percentagem, neste caso residual, de 6%, é da opinião que nenhum deles esteve bem desde que a covid-19 tomou conta do quotidiano nacional.

António Costa tem assumido uma atitude de prudência em relação ao desconfinamento e ainda na terça-feira avisou que não será possível retomar a atividade económica sem constrangimento. ■ CF

A decisão do líder do PSD de cancelar as festas de verão do Chão da Lagoa, na Madeira, e Pontal, no Algarve, é uma jogada política hábil. Rio sabe que nenhum destes eventos tem a força e a história da Festa do Avante, mas coloca uma pressão adicional sobre o PCP, e, sobretudo, o Governo. Lá mais à frente, se os comunistas persistirem na Festa do Avante, Rio irá usar essa arma para encerrar António Costa. ■



MÁRIO CENTENO

O isolamento do ministro das Finanças no caso Novo Banco ficou ontem ainda mais visível com as declarações de Marcelo Rebelo de Sousa. O Presidente da República declarou que é “politicamente diferente” o dinheiro ter sido injetado antes ou depois de serem conhecidos os resultados da auditoria ao Novo Banco, que na prática significa dar apoio ao primeiro-ministro e criticar, por omissão, Mário Centeno. ■